

**UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A NECESSIDADE  
DA FORMAÇÃO EM DIREITO PARA O INGRESSO  
COMO OFICIAL QOPM NA PMPR**

**Monografia apresentada ao  
Departamento de Administração Geral e  
Aplicada, do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, da Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do título de Especialista em  
Administração Policial.**

**Orientador de conteúdo: Ten.-Cel.  
QOPM LUIZ RODRIGO LARSON  
CARSTENS**

**Orientador metodológico: Professor  
Doutor MÁRCIO SÉRGIO B. S. DE  
OLIVEIRA.**

**CURITIBA  
2005**

Dedico este estudo aos integrantes do 1º e do 17º BPM, especialmente àqueles que, comigo, executaram o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública durante os vários anos em que servi nestas unidades.

Agradeço à minha esposa, Alexandra, e ao meu filho, Carlos Henrique, por terem compreendido minha ausência, por vários momentos, para a realização deste estudo.

Aos oficiais: Coronel RR Jorge Luiz Rodrigues, Tenente-Coronel Luiz Rodrigo Larson Carstens e 2º Tenente Giuliano de Freitas, pelas imprescindíveis contribuições ao presente trabalho.

Aos Capitães Assunção, Carvalho, Dutra, Karin Krasinski, Mardegan e Robson, que mais vezes integraram equipes de trabalho comigo, meu reconhecimento, pois, uma parcela da medalha de mérito escolar de bronze, que conquistei neste CAO, pertence a vocês.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	xi
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	xi
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	xii
<b>RESUMO</b> .....	xiii
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	3
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
2.2 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA.....	4
<b>3 O ENSINO NA PMPR</b> .....	6
3.1 INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO NO ENSINO REALIZADO NAS PPMM.....	6
3.2 O INGRESSO DOS OFICIAIS COMBATENTES NAS FORÇAS ARMADAS.....	7
3.3 A ESTRUTURA DE ENSINO DA PMPR.....	9
3.4 A ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ.....	9
3.4.1 Breve histórico.....	9
3.4.2 Missão.....	10
3.4.3 Estrutura organizacional.....	10
3.4.4 Departamentos de ensino.....	11
3.4.5 Corpo docente.....	11
<b>4 O SISTEMA DE RECRUTAMENTO NA PMPR</b> .....	13
4.1 OS INTEGRANTES DA PMPR.....	12
4.2 O EFETIVO FIXADO PARA A PMPR.....	12
4.3 O INGRESSO COMO OFICIAL QOPM.....	15
4.4 FASES DO CONCURSO PARA O INGRESSO NA PMPR COMO ALUNO-OFICIAL.....	16
4.5 REQUISITOS ATUAIS PARA O INGRESSO NA PMPR COMO ALUNO-OFICIAL.....	18



4.6	O PERFIL PROFISSIONAL DOS ALUNOS-OFFICIAIS .....	21
<b>5</b>	<b>OS OFICIAIS DE POLÍCIA E DAS FFAA.....</b>	<b>25</b>
5.1	O PAPEL DOS TENENTES QOPM DAS PPMM.....	25
5.2	A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS QOPM NA PMPR .....	26
5.2.1	O Curso de Formação de Oficiais da PMPR .....	26
5.2.2	Equivalência do CFO ao nível superior .....	27
5.2.3	O perfil dos atuais Alunos-oficiais QOPM .....	28
5.2.4	Graduações em Direito ou em outras áreas, pelos Oficiais QOPM.....	31
5.3	A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS QOPM NO BRASIL.....	33
5.3.1	Nível de escolaridade exigido para o ingresso nas PPMM .....	33
5.3.2	O CFO do Acre.....	33
5.3.3	O CFO de Goiás.....	34
5.3.4	O CFO da Brigada Militar.....	35
5.4	A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE POLÍCIA NO MUNDO.....	37
<b>6</b>	<b>A PERSECUÇÃO CRIMINAL.....</b>	<b>38</b>
6.1	A MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS ESTADUAIS .....	38
6.2	POLÍCIA .....	39
6.3	PODER DE POLÍCIA.....	40
6.4	POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	40
6.5	POLÍCIA DE SEGURANÇA.....	40
6.6	POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	41
6.7	POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....	42
6.8	O INQUÉRITO POLICIAL .....	43
6.9	AUTORIDADE POLICIAL.....	45
6.10	POLÍCIA DE CICLO COMPLETO.....	47
6.11	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CICLO DE PERSECUÇÃO CRIMINAL .....	50
6.11.1	O ciclo de perseguição criminal.....	50

6.11.2 Qualificação técnica dos profissionais .....	50
6.12 OS DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL E DA POLÍCIA CIVIL NO PARANÁ .....	51
6.13 COMPARAÇÃO ENTRE A GRADE CURRICULAR DO CFO DE 1991 COM A DO CFO 2005 .....	52
6.14 COMPARAÇÃO ENTRE A GRADE CURRICULAR DO CFO 2005 E A DO CURSO DE DIREITO DA UFPR .....	54
6.15 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DO SUSP 2002, PEC Nº 181/03 E PEC Nº 21/05 .....	56
<b>7 RESULTADOS DA CONSULTA A CAPITÃES SOBRE A EXIGÊNCIA DO CURSO DE DIREITO PARA O INGRESSO NA CORPORAÇÃO COMO OFICIAL QOPM .....</b>	<b>60</b>
<b>8 CONCLUSÕES.....</b>	<b>67</b>
<b>9 SUGESTÕES.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APFD	- Auto de Prisão em Flagrante Delito;
APMG	- Academia Policia Militar do Guatupê;
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;
CE	- Constituição Estadual;
CF	- Constituição Federal;
CFAP	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças;
CFC	- Curso de Formação de Cabos;
CFO	- Curso de Formação de Oficiais;
CFS	- Curso de Formação de Sargentos;
CFSd	- Curso de Formação de Soldados;
CNCG	- Conselho Nacional de Comandantes-Gerais;
COA	- Curso de Oficiais de Administração;
COTer	- Comando de Operações Terrestres do Exército;
CPPM	- Código de Processo Penal Militar;
CPU	- Coordenador do Policiamento da Unidade;
CRS	- Centro de Recrutamento e Seleção;
CSP	- Curso Superior de Polícia;
DE	- Diretoria de Ensino;
DGE	- Diretriz Geral de Ensino;
DOE	- Diário Oficial do Estado;
DOU	- Diário Oficial da União;
DP	- Diretoria de Pessoal;
EM	- Estado-Maior;
EUA	- Estados Unidos da América;
IGPM	- Inspetoria-Geral das Polícias Militares;
IP	- Inquérito Policial;
IPM	- Inquérito Policial Militar;

LDB	- Lei de Diretrizes e Bases;
LOB	- Lei de Organização Básica da PMPR;
MEC	- Ministério da Educação;
MJ	- Ministério da Justiça;
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil;
OPM	- Organização Policial Militar;
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional;
PM	- Policial-Militar ou Policiais-Militares;
PM/1	- Primeira Seção do Estado-Maior da PMPR;
PMPR	- Polícia Militar do Paraná;
PPMM	- Polícias militares;
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais-militares;
RCFA	- Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento;
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública;
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública;
TCIP	- Termo Circunstanciado de Infração Penal;
UFPR	- Universidade Federal do Paraná.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1	-	ORGANOGRAMA DA APMG.....	10
GRÁFICO 1	-	MÉDIA DE IDADE DOS ALUNOS-OFICIAIS EM 2005.....	29
GRÁFICO 2	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIPLOMA SUPERIOR E CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO.....	60
GRÁFICO 3	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIPLOMA EM DIREITO E CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO.....	61
GRÁFICO 4	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CFO E O ATENDIMENTO DOS ANSEIOS DA POPULAÇÃO.....	62
GRÁFICO 5	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO E EVASÃO DA CORPORACÃO.....	63
GRÁFICO 6	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO, O MARKETING E O STATUS PARA A CORPORACÃO.....	64
GRÁFICO 7	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO INVERSA ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO E A OPERACIONALIDADE DA OFICIALIDADE.....	65
GRÁFICO 8	-	OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EXIGÊNCIA DO CURSO DE DIREITO E A MELHORIA NO TRATAMENTO DO PÚBLICO PELA OFICIALIDADE.....	66

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- REQUISITOS PARA O INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS....	7
QUADRO 2	- CORPO DOCENTE CADASTRADO NA APMG.....	12
QUADRO 3	- EFETIVO FIXADO PARA A PMPR – OFICIAIS.....	14
QUADRO 4	- EFETIVO FIXADO PARA A PMPR - PRAÇAS.....	15
QUADRO 5	- PERFIL PROFISSIONAL EXIGIDO NO TESTE PSICOLÓGICO AO CFO/2006.....	21
QUADRO 6	- CURSOS SUPERIORES JÁ FREQUENTADOS PELOS ALUNOS- OFICIAIS.....	30
QUADRO 7	- FORMAÇÕES SUPERIORES, NAS ÁREAS CIVIS, DOS OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES DA PMPR.....	32
QUADRO 8	- POLÍCIAS MILITARIZADAS E DESMILITARIZADAS EM ALGUNS PAÍSES.....	49
QUADRO 9	- EFETIVO DE DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ.....	52
QUADRO 10	- ALTERAÇÕES NA GRADE CURRICULAR DO CFO.....	53
QUADRO 11	- COMPARAÇÃO DA CARGA HORÁRIA ENTRE O CFO-PMPR E DIREITO-UFPR.....	55

## RESUMO

Com vistas a avaliar a necessidade da formação em Direito para o ingresso no Quadro de Oficiais Policiais-militares, realizou-se um estudo comparado entre a PMPR, as Forças Armadas e as polícias do Brasil e de outros países. Pesquisaram-se os requisitos, as formas de ingresso e os modelos adotados para a formação dos oficiais e executivos de polícia. Estudaram-se as tarefas dos encarregados pelo exercício da polícia de segurança e da polícia judiciária, bem como, da possibilidade de realização do ciclo completo de polícia, o qual é realizado na maioria dos países do mundo. Verificou-se, inclusive, a qualificação técnica dos profissionais que atuam no ciclo da persecução criminal, tanto no nível gerencial quanto operacional. Analisaram-se também as ações do governo na área da segurança pública e as tendências de alterações na estrutura das polícias estaduais

Palavras-chave: necessidade, ingresso, formação em Direito, oficiais PM, ciclo completo de polícia.

## 1 INTRODUÇÃO

Debate-se muito, na atualidade, sobre a desmilitarização das polícias militares e a respeito da fusão ou unificação das polícias civil e militar. Inúmeros artigos já foram escritos sobre o assunto, ora defendendo essas teses, ora combatendo-as. Há todo um histórico, toda uma realidade sociopolítica sobre a Polícia Militar brasileira, que precisa ser conhecida e respeitada antes que se pretenda simplesmente extingui-la, fundi-la ou unificá-la.

A estrutura orgânica da Polícia Militar e da Polícia Civil é diversa. Os elementos orientadores da disciplina e da hierarquia são também diferentes. Os poderes exercidos pelas autoridades dessas corporações não coincidem. Todos esses fatores levam a que, de ambas as partes, ocorram resistências à fusão ou unificação das duas polícias.

Nem toda aliança implica no aperfeiçoamento do órgão coligado e, muitas vezes, operam-se modificações nas instituições apenas para mascarar uma realidade, mas os cidadãos brasileiros querem (e merecem) ser bem atendidos, independentemente de ser por um policial-militar ou por um civil.

Não é de se duvidar que o governo federal gaste mais alguns milhões de reais consultando a população, via plebiscito, sobre a unificação das polícias estaduais, tal como fez com o referendo sobre a comercialização de armas e munições.

Pertinentes a estas homéricas celeumas, destacam-se três documentos que se revestem de primordial importância para nós, cidadãos brasileiros: a Proposta de Emenda Constitucional nº. 181/2003, atribuindo tanto às polícias militares quanto às civis executarem o ciclo completo de polícia; a *Proposta de Emenda Constitucional nº. 21/05*, disciplinando a desconstitucionalização das polícias estaduais, deixando ao talante dos estados definirem suas estratégias na área de segurança pública e o *Projeto Segurança Pública para o Brasil*, apresentado pela Fundação Djalma Guimarães que, entre outras propostas, sugere a criação do Sistema Único de Segurança Pública.

Visando a prestação de um serviço de melhor qualidade, os aludidos documentos pretendem efetuar profundas modificações nos órgãos que compõem a Secretaria de Segurança Pública, seja através da criação de uma nova polícia ou da



reestruturação dos dois atuais organismos policiais estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil) podendo, inclusive, atribuir a ambos a competência para a realização do ciclo completo de polícia.

Através deste ciclo, a instituição que prendesse um indivíduo se responsabilizaria, inclusive, pela lavratura dos procedimentos de polícia judiciária cabíveis: *Termo Circunstanciado de Infração Penal*, *Auto de Prisão em Flagrante Delito* ou *Inquérito Policial*.

É cediço que os oficiais de polícia, com supedâneo no Decreto-Lei nº. 1.002/69 - Código de Processo Penal Militar - possuem competência legal para presidir autos de prisão em flagrante delito e inquéritos policiais na esfera militar, além de ter sido pacificada a situação da competência dos policiais-militares, inclusive das praças, em elaborar termos circunstanciados, destarte, precisariam também os oficiais encontrar-se em condições de fazê-lo em relação aos crimes de natureza comum.

Neste cenário, indaga-se sobre a necessidade de a Polícia Militar do Paraná passar a exigir, como requisito para o ingresso de pessoas que pretendem integrar o Quadro de Oficiais Policiais-militares, a formação superior em Direito.

O tema reveste-se de grande importância para a Corporação, pois o Alto-Comando carece de subsídios para avaliar a atual formação dos oficiais e nortear decisões sobre eventuais mudanças, assessorando o Chefe do Poder Executivo Estadual a emitir mensagem ao Poder Legislativo, pleiteando a edição das pertinentes legislações e conseqüentes mudanças nas áreas administrativa e operacional da PMPR.

Como prova concreta da importância do tema, temos que alguns de nossos irmãos militares estaduais já passaram a exigir formação superior em qualquer área, ou especificamente em Direito, para o ingresso em suas fileiras como oficiais policiais-militares.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Cabem ao oficial do QOPM, em síntese, as atribuições constantes no § 5º do art. 144 da CF (a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública) e, em nosso estudo, pelas peculiaridades de suas funções, não trataremos dos oficiais pertencentes ao Quadro de Oficiais Bombeiros-militares.

Para ser oficial do QOPM é necessário, após lograr êxito nos devidos testes para o ingresso, freqüentar o Curso de Formação de Oficiais Policiais-militares, curso este reconhecido como de nível superior. Para o teste intelectual exige-se, no mínimo, a conclusão do ensino médio e ser aprovado, dentro do número de vagas previsto em edital, no concurso vestibular promovido pela Universidade Federal do Paraná, salientando-se que as vagas ofertadas variam a cada ano.

As demais formas de acesso ao oficialato são alheias ao Quadro de Oficiais Policiais-militares - QOPM, como o *Curso de Oficiais de Administração*, para os 1º Sargentos e Subtenentes aprovados em concurso específico, e o *Estágio de Adaptação de Oficiais do Quadro de Saúde*, para profissionais com formação superior específica: médicos, dentistas, farmacêuticos, bioquímicos, veterinários e capelães.

A realidade nos mostra que a maioria dos oficiais, mesmo tendo o Curso de Formação de Oficiais, acaba fazendo outra graduação na área civil, e o fazem enquanto ainda são Tenentes ou, no máximo, Capitães, sendo que o curso mais realizado pelos oficiais PM do QOPM é o de Direito. Destarte, interessa-nos saber se existe a necessidade do curso de Direito já para o ingresso da pessoa que será oficial QOPM e, por conseguinte, foram enfocadas as atividades desenvolvidas pelos Tenentes, os quais já se encontram no nível gerencial da Corporação e estão mais próximos da população, uma vez que acompanham *in loco* o atendimento das ocorrências policiais de natureza mais grave.

## 2.2 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA

Em razão do momento nacional vivido pelas polícias militares do Brasil, aliado aos estudos do Governo Federal (tal como o SUSP 2002), realizados pelo Ministério da Justiça, pela SENASP e por outros órgãos, faz-se necessário, e ao mesmo tempo oportuno e relevante, pesquisar a formação profissional de segurança pública na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Como já consignamos, cogita-se unificar as polícias militares e civis, no âmbito dos Estados, reestruturá-las ou extingui-las, formando-se uma nova força pública, sempre com a possibilidade de execução do ciclo completo de polícia. Este cenário é que motivou o estudo sobre a necessidade da formação superior em Direito para o ingresso como oficial na PMPR.

Realizou-se um estudo preliminar sobre a necessidade da formação em Direito para o ingresso como oficial QOPM na PMPR. Uma análise mais abrangente, envolvendo todos os aspectos positivos e negativos da formação superior em Direito e em outras áreas, seria inviável no prazo e com os recursos disponíveis para uma monografia.

O presente trabalho procurou estudar se existe, atualmente, a necessidade da formação em Direito para o ingresso na PMPR, como oficial QOPM, com vistas em:

a) verificar as especificidades da estrutura dos órgãos de ensino responsável pela formação do oficial policial-militar no Paraná;

b) pesquisar o nível de escolaridade exigido para o ingresso e a formação dos oficiais policiais-militares em cada Estado brasileiro e em alguns países do mundo e, no caso do ingresso, sendo exigido nível superior, se de qualquer área civil ou especificamente em Direito;

c) pesquisar a carga horária e a grade curricular do Curso de Formação de Oficiais, com vistas a fazer um breve ensaio se os oficiais possuem condições, *in tese*, de exercer as funções de polícia judiciária comum; e

d) pesquisar as principais atividades desenvolvidas pelos oficiais policiais-militares, principalmente os Tenentes.

O estudo foi feito mediante consulta a todas as PPMM do Brasil, via correspondência eletrônica, dando-se ênfase, posteriormente, às PPMM do Acre, Goiás e Rio Grande do Sul.

Realizaram-se levantamentos bibliográficos e documentais sobre o assunto na biblioteca, Seção Técnica de Ensino e Escola de Formação de Oficiais - pertencentes à APMG - e em outros órgãos da PMPR, como o Centro de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Pessoal e a 1ª Seção do Estado-Maior Geral; na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná; na Delegacia de Polícia Federal de Curitiba; na Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Jurídicas e no Quartel da 5ª Divisão do Exército Brasileiro.

Neste estudo, visando ter uma amostra da opinião de oficiais mais experientes, mas que ainda possuem bem viva a lembrança do serviço de Coordenador de Policiamento da Unidade, foram distribuídos questionários para Capitães QOPM da PMPR e de outros quatro Estados brasileiros: Acre, Ceará, Goiás e Santa Catarina.

Os questionários tiveram a finalidade de, preliminarmente, avaliar se é bem ou mal vista a exigência do curso de Direito para o ingresso no CFO; verificar sobre a ocorrência de aspectos positivos e negativos decorrentes dessa exigência e indagar sobre a qualidade do Curso de Formação de Oficiais, perquirindo se ele atinge o resultado a que se destina, qual seja, se forma um profissional em condições de atender aos anseios de nossos clientes – a comunidade.

### 3 O ENSINO NA PMPR

#### 3.1 INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO NO ENSINO REALIZADO NAS PPMM

As PPMM possuem uma estrutura militarizada e todas as suas atividades burocráticas baseiam-se nas executadas pelo Exército Brasileiro, destarte, o ensino não poderia ser diferente. Com o passar dos anos, a grade curricular dos cursos de formação de oficiais foi sendo alterada, adequando as disciplinas com a nossa missão precípua, a qual difere totalmente das atribuídas às Forças Armadas.

SANTOS (2000) explicou de forma magnífica essa influência, discorrendo sobre os atos legislativos emanados desde 1936, que afetaram não só a polícia mineira, mas todas as do Brasil:

Toda a estrutura atual da PMMG, que permite o cumprimento de sua missão de propiciar segurança pública à sociedade mineira, tem sua origem na Lei federal n. 192, de 17 de janeiro de 1936, que determinou às polícias militares se estruturarem a imagem e semelhança das unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular - situação que se manteve até a década de 70 (MUNIZ, 1999).

Uma raiz mais recente, que sedimentou de vez os pilares das forças militares estaduais, foi o Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizou as polícias e os corpos de bombeiros militares. Viviam-se, naquela época, o auge do regime militar e o golpe de 64 deixou o Exército preocupado com o poder bélico e humano das forças militares estaduais. O então-Presidente da República, Costa e Silva, ratificou normas antigas e baixou esse Decreto, com base no Ato Institucional n. 5, com a finalidade de controlar as polícias e os corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1969).

[...]

Decorridos mais de catorze anos da vigência do Decreto-Lei 667, em 30 de setembro de 1983, o governo federal aprova, por meio do Decreto 88.777, um regulamento para as polícias e corpos de bombeiros militares, conhecido como R-200, estabelecendo princípios e normas para aplicação daquele Decreto-Lei.

[...]

O R-200 aumentou mais ainda "o controle e a coordenação" das polícias militares pelo Exército, pois atingiu os aspectos de organização, legislação, efetivo, disciplina, ensino, instrução, adestramento, material bélico, saúde, veterinária e aeronave, e os casos de sua convocação pelo governo federal.

[...]

O R-200 trouxe, ainda, uma estrutura de ensino totalmente dependente de diretrizes do Exército, pois, apesar de constar nesse regulamento que a formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional dos policiais-militares deveriam ser voltados para a segurança pública, tal órgão orientador, coordenador e controlador nada entendia desse mister.

[...]

Por fim, o R-200 considerou as polícias militares forças auxiliares e reserva do Exército, pelo fato de serem por ele controladas e coordenadas, estruturadas à base da hierarquia e disciplina militares, possuírem uniformes, submeterem-se a seus regulamentos, estarem sujeitas ao código penal militar e exercerem suas atividades profissionais em regime de tempo integral.

As competências e as disposições do Decreto-Lei 667 e R-200 forjaram o atual modelo de formação, treinamento, qualificação e atuação da PMMG e das outras organizações congêneres, fruto de herança do Estado autoritário brasileiro, que só vem se modificando após a Constituição de 1988.

### 3.2 O INGRESSO DOS OFICIAIS COMBATENTES NAS FORÇAS ARMADAS

As FFAA e as Forças Públicas são descendentes de uma única Força que tinha dupla função - defesa externa e manutenção da ordem pública. Como vimos, o Governo Federal determinou que as PPMM se organizassem tal como o EB, daí nosso culto aos valores militares, principalmente nossa invejável disciplina e hierarquia.

Pesquisamos como se desenvolve o ingresso dos oficiais das três Forças Armadas e constatamos a grande semelhança neste processo. O Quadro 1 explicita as formas de ingresso e os requisitos de escolaridade e idade exigidos.

**QUADRO 1 – REQUISITOS PARA O INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS**

FORÇA	CONCURSO PARA	REQUISITOS
EXÉRCITO	EsPCEEx – Escola Preparatória de Cadetes do Exército	a) Escolaridade: ensino médio ou cursando o 2º ano do mesmo; b) Idade: máxima de 20 anos.
	AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras	a) Escolaridade: ensino médio; b) Idade: máxima de 21 anos.
MARINHA	Colégio Naval	a) Escolaridade: ensino fundamental ou concluindo; b) Idade: máxima de 17 anos.
	Escola Naval	a) Escolaridade: ensino médio ou concluindo; b) Idade: máxima de 21 anos.
AERONÁUTICA	EPCAr – Escola Preparatória de Cadetes do Ar	a) Escolaridade: ensino médio ou concluindo; b) Idade: máxima de 17 anos.
	AFA – Academia da Força Aérea	a) Escolaridade: ensino médio; b) Idade: máxima de 21 anos

FONTE: Adaptado dos sites [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br); [www.mar.mil.br](http://www.mar.mil.br) e [www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br), acessado em 12 out. 05.

Analizando o sistema utilizado pelas nossas Forças Armadas, percebemos que eles exigem o ingresso de pessoas muito jovens (menos de 21 anos) e os submetem a um longo curso de formação (quatro anos) em regime integral. Se posteriormente o oficial das FFAA fizer o curso de Direito, ele certamente será um oficial militar bacharel em Direito; jamais encontraremos um bacharel em Direito oficial militar. A formação perpetuará o culto aos valores militares.

### 3.3 A ESTRUTURA DE ENSINO DA PMPR

A estrutura de ensino da PMPR, criada para a formação e qualificação de seus integrantes para as atividades de polícia ostensiva, está prevista na Lei estadual nº 6.774/76, Lei de organização básica da PMPR, e no Decreto estadual nº 4.509, de 21 de outubro de 1961.

A LOB prevê a Diretoria de Ensino como unidade responsável, perante o Comandante-Geral, pelo planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças.

A estrutura de ensino na PMPR segue cadeia de comando, na qual as ordens fluem de cima para baixo. Ao Comandante-Geral compete baixar a Diretriz Geral de Ensino e demais documentos para o ensino de segurança pública, acatando o planejamento da 1ª Seção do Estado-Maior - PM/1 - que se encarrega de definir todas as estratégias a serem implementadas no âmbito da PMPR, definindo normas gerais a serem obedecidas por todas as unidades.

A DGE do corrente ano foi publicada no Aditamento ao BG nº. 051, datado de 17 de março de 2005. Em relação à Diretoria de Ensino, esse documento define que lhe compete desdobrar essa diretriz, planejar, organizar, coordenar e fiscalizar as atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças.

A Diretoria de Ensino também gerencia e avalia a execução das diretrizes e dirime as dúvidas de seus órgãos subordinados. Para cumprir o seu mister, a Diretoria de Ensino conta com três órgãos de apoio de ensino:

- a Academia Policial Militar do Guatupê é responsável pela formação, especialização e aperfeiçoamento do Aluno-oficial ao Tenente-Coronel;

- o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças se responsabiliza também pela especialização das praças da PMPR; e
- o Colégio da Polícia Militar, que desenvolve o ensino regular fundamental da 5ª à 8ª série e o ensino médio.

### 3.4 A ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

#### 3.4.1 Breve histórico

A PMPR, criada em 10 de agosto de 1854, inicialmente mantinha em seus quadros pessoas vindas do Exército Brasileiro, com formação militar. Com o passar do tempo, nasceu a necessidade de se formar profissionais voltados para a segurança pública, que diverge do serviço de proteção da pátria por ser uma atividade que trata diretamente com os cidadãos e que, para tanto, exige pessoas treinadas a lidar com situações onde nem sempre o uso da força será necessário e, ainda, a sua atuação deve ser moderada e regulada por princípios morais e éticos próprios.

Para atender a esta evolução, em julho de 1931 foi criada a Companhia Escola, que passou a formar alguns quadros da Corporação, passando, em fevereiro de 1948, a denominar-se Centro de Preparação Militar.

Em dezembro de 1953, já com a denominação de Centro de Preparação Profissional, formou a 1ª turma de oficiais, o que continua a fazer até os dias atuais.

No ano de 1955, ampliando a sua área de atuação, passou, além de formar, a aperfeiçoar os oficiais da PMPR, recebendo a nova denominação de Centro de Formação e Aperfeiçoamento, funcionando ao final na Rua Vicente Machado, no centro de Curitiba.

Como ato final desta evolução, em 08 de março de 1971, através do Decreto estadual nº 22.653, foi criada a APMG, que foi instalada no município de São José dos Pinhais, em uma granja localizada às margens da rodovia BR-277, com uma área de 58.293,3 hectares, onde foram construídas salas de aula, alojamentos, refeitório e toda uma estrutura física para atender às necessidades de ensino da PMPR.



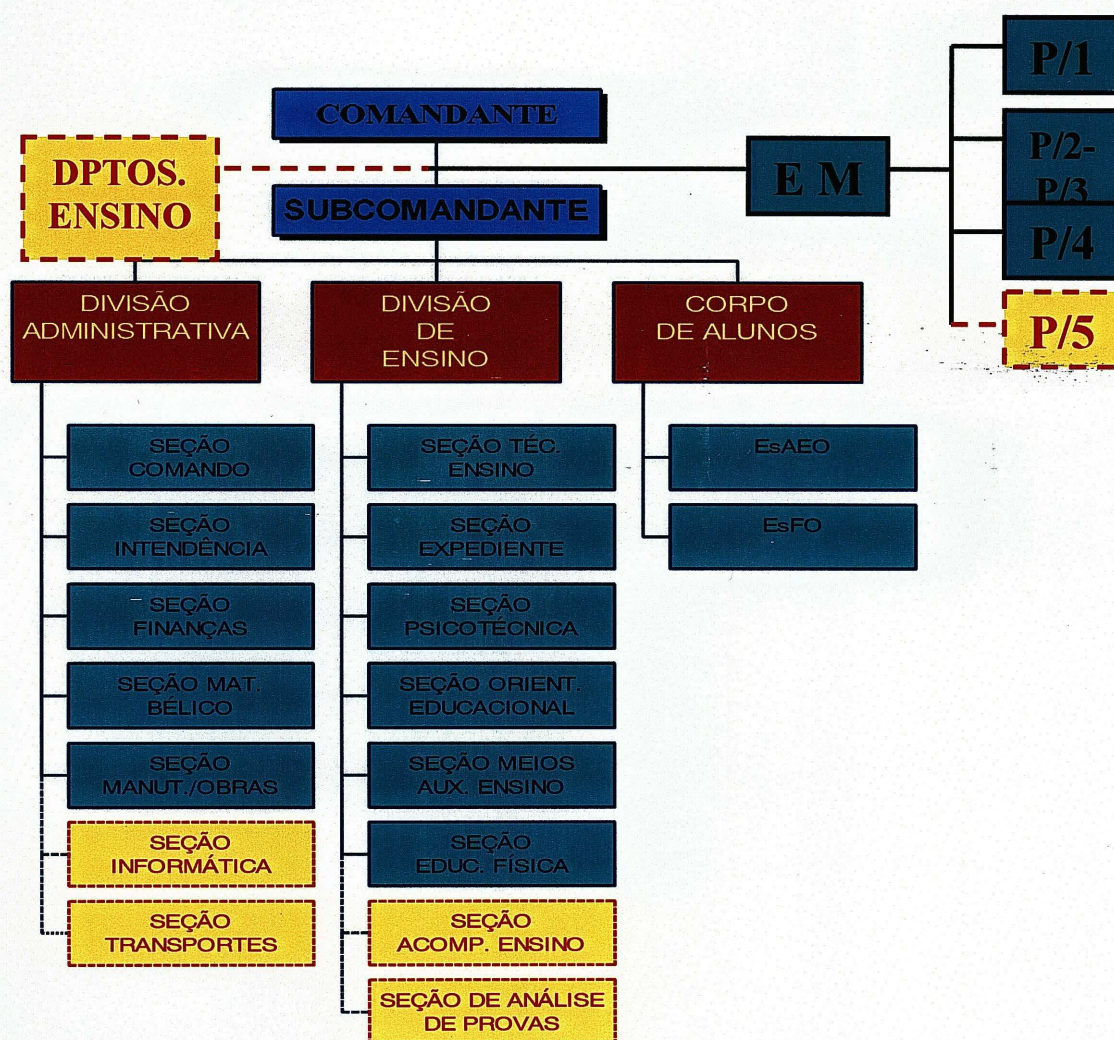
### 3.4.2 Missão

A APMG, verdadeira universidade em segurança pública, tem, entre outras relevantes incumbências, a de formar os quadros de oficiais da PMPR. Sua missão começa com o Curso de Formação de Oficiais, porta de entrada no oficialato da corporação, recebendo os Alunos após terem sido selecionados pelo Centro de Recrutamento e Seleção, em convênio com a Universidade Federal do Paraná.

### 3.4.3 Estrutura organizacional

A Figura 1 demonstra a estrutura organizacional da APMG, sendo que o CFO se realiza em suas instalações, através da Escola de Formação de Oficiais.

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DA APMG.



FONTE: PARANÁ. Decreto estadual nº. 4.509/61 - RCFA - anexo "A".

#### 3.4.4 Departamentos de ensino

Os departamentos são órgãos de assessoramento técnico-pedagógico do comandante da Academia. Nos departamentos estão profissionais capacitados, cuja finalidade é manter atualizada a grade curricular e o conteúdo de cada matéria, de forma a propiciar um ensino qualificado aos Alunos-oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê.

Os departamentos de ensino são em número de dez, distribuídos da seguinte forma:

- Operações PM e Processo Decisório;
- Técnica Policial Militar;
- Ensino Complementar;
- Cultura Jurídica;
- Administração;
- Ensino Militar;
- Educação Física e Saúde;
- Ensino de Bombeiro Militar;
- Sobrevivência Policial; e
- Medicina Desportiva e Fisioterapia.

#### 3.4.5 Corpo docente

A Polícia Militar do Paraná não possui um quadro próprio de instrutores, sendo o seu corpo docente bastante variado, composto atualmente por oficiais policiais-militares - tanto da ativa quanto da reserva - um Coronel do Exército Brasileiro e também por professores. Vários professores e um instrutor pertencente ao Exército Brasileiro ministram aulas através de um convênio realizado pela PMPR com a Universidade Federal do Paraná. Este convênio está restrito, por enquanto ao Curso de Formação, ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e ao Curso Superior de Polícia, estes últimos em nível de especialização.

O Quadro 2 ilustra o corpo docente da APMG.

## QUADRO 2: CORPO DOCENTE CADASTRADO DA APMG.

<b>OFICIAIS DA PMPR</b>	<b>ATIVA</b>	<b>RESERVA</b>
<b>Coronel</b>	02	12
<b>Tenente-Coronel</b>	03	02
<b>Major</b>	07	03
<b>Capitão</b>	21	01
<b>1º Tenente</b>	25	-
<b>2º Tenente</b>	08	01
<b>Total</b>	66	19
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CIVIS</b>	<b>MILITARES DO EB</b>
<b>APMG</b>	05	-
<b>UFPR</b>	14	01
<b>Total</b>	19	01

FONTE: APMG.

O convênio firmado entre a PMPR e a UFPR tem-se mostrado de grande valor para a instituição em virtude do seu seletivo quadro de professores, muitos dos quais são doutores e mestres, pertencendo, a maioria, ao Departamento de Administração e de Contabilidade da Universidade Federal do Paraná.

A Academia Policial Militar do Guatupê adota diversos critérios para a constante avaliação de seu quadro de docentes, inclusive pela consulta aos próprios Alunos, através de vários questionários.

A situação demonstra a necessidade de aproveitarmos melhor a capacidade dos professores da Universidade Federal do Paraná e investirmos mais na titulação dos nossos instrutores.

## 4 O SISTEMA DE RECRUTAMENTO NA PMPR

Na Polícia Militar do Paraná, essa atividade é desempenhada pelo Centro de Recrutamento e Seleção, órgão de apoio da Diretoria de Pessoal, criado pelo Decreto estadual nº. 16.316, de 27 de outubro de 1964, que tem sob sua responsabilidade a execução da política de aumento e recompletamento do efetivo, estabelecida pelo Comando-Geral, com base nas necessidades de recursos humanos na Corporação aferida pela 1ª. Seção do Estado-Maior da PMPR.

O aumento do efetivo ocorre por autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral. (Lei estadual nº. 14.696 de 11 de maio de 2005 – Lei de Fixação do Efetivo).

O recompletamento do efetivo é a atividade que se destina a preencher os claros decorrentes da evasão de pessoal por motivos de exclusões a pedido e disciplinares, passagem para a reserva remunerada e não remunerada, reforma, falecimentos e transferências em razão de concursos públicos estaduais e aumento do efetivo previsto.

### 4.1 OS INTEGRANTES DA PMPR

A Instituição Polícia Militar é constituída por oficiais e praças. Os Coronéis, Tenentes-coronéis, Majores, Capitães, 1º e 2º Tenentes são os oficiais, os Aspirantes-a-oficial e Alunos-oficiais são chamados de praças especiais. O quadro de praças é composto por Soldados, Cabos, 3º, 2º, 1º Sargentos e Subtenentes.

Os Cabos e Soldados são responsáveis pela execução do policiamento ostensivo. Os Subtenentes e Sargentos também executam o policiamento, comandam guarnições de radiopatrulha e grupos de Cabos e Soldados no policiamento a pé e em pequenas operações. Os oficiais, além de cumprirem as mesmas atribuições das praças, são encarregados do planejamento, apuração de desvios, coordenação e controle do policiamento ostensivo e comandam grandes frações (pelotões, companhias, batalhões e comandos intermediários).



## 4.2 O EFETIVO FIXADO PARA A PMPR

O tamanho de uma Instituição pode ser facilmente percebido pela magnitude dos números que a envolvem. Atualmente, através da Lei estadual nº. 14.851, de 7 de outubro de 2005, a Polícia Militar do Paraná (que engloba os bombeiros militares), teve seu efetivo fixado em 20.237 integrantes.

Desse total, 742 são oficiais QOPM, dos quais 204 são 1º. Tenentes e 239 são 2º. Tenentes, ou seja, temos 443 Tenentes, o que representa 59,7% dos oficiais; a maioria deles é bastante jovem, tendo em vista que a idade máxima para o ingresso como Aluno-oficial, fixada em edital, tem sido de 25 anos. Estes são os oficiais que mais estão em contato direto com a população no atendimento de ocorrências policiais, pois executam a coordenação do policiamento ostensivo.

Os Quadros 3 e 4 apresentam o atual efetivo previsto para a Corporação, tanto para os oficiais como para as praças, abrangendo os integrantes do quadro geral e os especialistas.

QUADRO 3: EFETIVO FIXADO PARA A PMPR - OFICIAIS.

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	186	204	239	742
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		16	57	102	269	324	376	1146

FONTE: Adaptado de PARANÁ. Lei estadual nº. 14.851, de 7 de outubro de 2005.

#### QUADRO 4: EFETIVO FIXADO PARA A PMPR - PRAÇAS.

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL							
GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1- PRAÇAS PM	175	279	660	1385	2143	11248	15890
1- PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1809	3203
TOTAL	231	368	777	1820	2840	13057	19093

FONTE: Adaptado de PARANÁ. Lei estadual nº. 14.851, de 7 de outubro de 2005.

#### 4.3 O INGRESSO COMO OFICIAL QOPM

O ingresso na PMPR, no Quadro de Oficiais Policiais-militares, é feito mediante concurso público, em que é exigido o preenchimento de vários requisitos. O candidato aprovado em todas as etapas do concurso ao CFO, cujo exame intelectual é realizado através do Concurso Vestibular Unificado promovido pela Universidade Federal do Paraná, passa, imediatamente após a matrícula, a ocupar o cargo de Aluno-oficial na PMPR, permanecendo nessa situação durante os três anos de realização do curso de formação.

A formação do oficial policial-militar é bastante onerosa, haja vista a duração do curso de formação. Além do Aluno-oficial receber uma bolsa de estudos durante a realização do curso, correspondente ao valor de seus vencimentos, existem as despesas com o pagamento de aulas aos professores, os gastos com alimentação e pousada, a manutenção das instalações etc.

O acesso na carreira dá-se por realização de cursos ou aprovação em exames. Para os concursos internos e exames são exigidos conhecimentos profissionais de segurança pública, domínio da legislação afeta à profissão, além de conhecimentos jurídicos. As promoções aos postos seguintes dependem da abertura de vagas, dentre outros fatores.

Por se tratar de uma forma de acesso a uma carreira do serviço público, tem-se de respeitar a Constituição Federal e Estadual, no tocante à necessidade de realizar concurso para a ocupação de cargo no Estado.

A partir de 23 de dezembro de 1991, com a vigência do Decreto estadual nº 1.029, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 3.666, de 23 de dezembro de 1991, tal como exigido para os Alunos oficiais policiais-militares e bombeiros-militares desde 1982, passou-se a exigir, para o ingresso na PMPR como praça, a formação no ensino médio. Assim, houve um grande salto para melhorar a qualificação das praças e já começaram a surgir rumores sobre a exigência de nível superior para os oficiais. Devido à natureza das funções policiais-militares de respaldar os poderes constituídos, zelando pelo cumprimento das leis, quando o assunto é a exigência de nível superior para o ingresso de oficiais, não faltam pessoas que consideram que ela deveria ser específica para o curso de Direito.

#### 4.4 FASES DO CONCURSO PARA O INGRESSO NA PMPR COMO ALUNO-OFICIAL

##### a) Autorização governamental através de Decreto;

- A PM/1 realiza estudo com relação ao número de vagas em aberto e encaminha ao CG;

- O Comando-Geral encaminha ofício ao Governo do Estado solicitando a abertura de concurso público para preenchimento das vagas;

##### b) Elaboração do Edital;

- O Centro de Recrutamento e Seleções, a Consultoria Jurídica e a PM/1, em conjunto, elaboram minuta de Edital para aprovação pelo CG;

- Publicação em DOE do Edital pelo CRS;

##### c) Divulgação de abertura do Concurso:

- Nota da 5ª Seção do Estado-Maior Geral para os principais meios de comunicação existentes no Estado, divulgando o concurso;

- Inclusão no *site* da PMPR, de link contendo informações sobre o Concurso pelo CRS através da DTI;

##### d) Inscrições:

- Em conformidade com o Edital (CRS ou Terceirizado);

- Publicação em DOE contendo a relação dos inscritos;

e) Seleção prévia:

- Composição das Bancas Examinadoras, as quais são publicadas em BCG através de Portarias elaboradas pelo CRS;

- Os Exames: Psicológico, Saúde, Capacidade Física e Informática são realizados pelo CRS através das Bancas Examinadoras, designadas antes das provas do Concurso Vestibular da UFPR;

d) A relação dos candidatos aptos nas prévias é enviada para o Núcleo de Concursos da UFPR, via CRS/DP;

e) As inscrições são processadas pela UFPR;

f) O resultado das provas do vestibular é divulgado pela Universidade Federal do Paraná;

g) Os candidatos oriundos do Colégio da PMPR, de acordo com Decreto nº 1753 de 26/08/03, deverão ser, no mínimo, de 20% (vinte por cento) do total de vagas ofertadas, os quais realizam somente as provas prévias, não sendo exigido o Concurso Vestibular;

h) A Pesquisa Social e Documental é realizada pela 2ª. Seção do Estado-Maior da PMPR;

i) O resultado da Pesquisa Social é divulgado através de edital e publicação em DOE e no *site* da PMPR;

j) O resultado final, com a convocação para inclusão, é divulgado através de edital e publicação em DOE e no *site* da PMPR;

l) Inclusão;

- Recebimento de documentos exigidos para inclusão;

- Análise dos documentos recebidos;

- Elaboração da ficha de inclusão individual e assinatura do candidato;

- Elaboração da Portaria, para publicação em Boletim do Comando-Geral, da inclusão de civis;

- Publicação em Diário Oficial do Estado;

m) Prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.



## 4.5 REQUISITOS ATUAIS PARA O INGRESSO NA PMPR COMO ALUNO OFICIAL

A CF, em seu art. 37, exige a aprovação em concurso público para o ingresso nos órgãos da administração pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; [...]

A Lei estadual nº. 1.943, de 23 de junho de 1954, Código da PMPR, é bastante lacunosa em sua redação, estabelecendo em seus artigos 20 e 21, poucos requisitos para o ingresso em suas fileiras:

Art. 20. O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) como oficial não combatente;
- b) como Soldado;
- c) como Aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes.

Art. 21. São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

Aprovação em concurso;

II - como Soldado:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da região;
- c) ser alfabetizado;
- d) ter comprovada moralidade;
- e) ter capacidade física comprovada pelo Serviço de Saúde da Corporação; e
- f) ter no máximo 30 anos de idade.

III - como Aluno do CFO:

- a respectiva matrícula, na forma do regulamento próprio.

Art. 22. [...]

Não constam na Lei requisitos mínimos para ingresso como Aluno-oficial, tais como: a idade limite, a necessidade da aprovação em teste físico e exames médicos e

psicológicos, ficando essas matérias disciplinadas anualmente por edital, sendo que, não raras vezes, sem qualquer motivação plausível, os requisitos mudam de um para outro ano, ensejando dezenas de mandados de segurança. Exemplo: a Lei exige a idade máxima de trinta anos para o ingresso como Soldado, o qual pode passar a carreira inteira na linha operacional, na execução do policiamento ostensivo (só será promovido a Cabo se for aprovado em concorridíssimo concurso interno); já para os oficiais, que ingressam no nível gerencial, e que ao final de suas carreiras atuarão eminentemente no nível estratégico, um simples edital estabelece a idade limite em vinte e cinco anos.

Os editais de cada concurso específico também têm que estar em conformidade com outras legislações, entre as quais:

- O Decreto estadual nº. 1.029, publicado no Diário Oficial nº. 3666, de 23 dez. 1991, que exige o ensino médio para o ingresso nas polícias militar ou civil;

- A Lei estadual nº. 14.274, de 24 dez. de 2003, publicada no Diário Oficial nº. 6.634 de 26 dez. de 2003, a qual reserva 10 % das vagas nos concursos públicos para afro-descendentes;

- O Decreto estadual nº. 2.508, de 20 de jan. de 2004, publicado no Diário Oficial nº. 6.650 de 20 de jan. de 2004, que regula os concursos para cargos na administração pública paranaense; e

- A Lei estadual nº. 14.804, de 20 de jul. de 2005, publicada no Diário Oficial nº 7.022 de 20 de jul. de 2005, que reserva até 50% das vagas ofertadas em concursos da PM para as mulheres.

Para o concurso com vistas ao CFO 2006, está valendo o Decreto estadual nº. 5.213, de 10 ago. 2005, publicado no DOE nº. 7.039, de 12 ago. 2005, onde estão sendo oferecidas nove vagas para serem disputadas no concurso vestibular da UFPR e seis para os Alunos melhores classificados nos três anos do ensino médio do Colégio da Polícia Militar, totalizando apenas quinze vagas. Reza o art. 1º do aludido Decreto:

Art. 1º. Fica fixado em quinze o número de vagas para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais-militares (CFO/PM) a iniciar-se em 2006.

§ 1º. Das vagas, nove são destinadas aos candidatos aprovados no respectivo Concurso Vestibular da Universidade Federal do Paraná e seis destinadas aos Alunos

concludentes do 3º ano do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar do Paraná. § 2º. Nos termos da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, alterada pela Lei nº 14.804, de 20 de julho 2005, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral.

Das nove vagas ofertadas para o concurso vestibular, uma é destinada para afro-descendente, conforme especificado no edital IPHEAM/CFO-2006 - Instruções para as Provas de Habilidades Específicas para Admissão e Matrícula no Curso de Formação de Oficiais/2006. Dentre os inúmeros requisitos previstos no edital, temos:

4.1 Para realização do PS/UFPR e inscrição às Provas de Habilidades Específicas, os candidatos deverão preencher as formalidades previstas pelo NC/UFPR, bem como os seguintes requisitos específicos, indispensáveis e de caráter eliminatório para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM):

Para os candidatos civis:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - Ter no mínimo 17 (dezessete) e no máximo 25 (vinte e cinco) anos de idade (até a data da matrícula, prevista para o dia 01 de março de 2006);

III - Ter no mínimo 1,65m de altura para candidatos do sexo masculino e 1,60m para candidatos do sexo feminino;

IV - Se masculino, ser reservista de 1ª ou 2ª categoria, ou portador do certificado de isenção do serviço militar, desde que não seja por motivo de incapacidade física, mental ou moral;

V - Ser solteiro, não viver em concubinato ou união estável e não ter filhos;

VI - Ter comprovada moralidade, ou seja, não ter antecedentes policial, social, criminal que o contra indique para o exercício do futuro cargo (oficial subalterno) dada à natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, verificada mediante rigorosa pesquisa social a ser realizada pela 2ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná;

VII - Estar em dia com suas obrigações eleitorais;

VIII - Gozar de boa saúde física e mental;

IX - Não ter sido desligado de Organização Militar por motivo disciplinar ou criminal;

X - Não ser ex-Aluno de estabelecimento de ensino militar, policial-militar, bombeiro-militar, policial civil, policial federal, policial federal rodoviário, guardas municipais e outras congêneres, desligado por motivos disciplinares.

Para os candidatos militares:

I - Não estar sendo processado ou cumprindo sentença penal por crime doloso contra a vida, por abuso de autoridade, por improbidade administrativa, por crimes praticados contra a administração militar e dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar, bem como pelos mesmos crimes similares ou de mesma natureza a estes previstos na legislação penal comum;

II - Não estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar;

III - Não estar no serviço ativo por força de decisão judicial não transitada em julgado;

IV - Estar classificado, no mínimo, no comportamento “bom”, contado da data de inclusão;

V - Estar autorizado pela respectiva Força Armada ou Força Auxiliar em se tratando de militar ou membro da Polícia e de Corpo de Bombeiros-militares, em atividade;

VI - Preencher os demais requisitos exigidos aos candidatos civis, inclusive o limite de idade e submissão à pesquisa social.

#### 4.6 O PERFIL PROFISSIONAL DOS ALUNOS-OFFICIAIS

Os policiais desenvolvem uma atividade estressante, recebem salários baixos, convivem com várias situações de alto risco e estão sujeitos a longos turnos e jornadas, o que, segundo a sociologia do trabalho, pode afetar a vida pessoal de cada um. Têm como atribuição proteger a vida e o patrimônio público e privado, mas o exercício da profissão pode lhes causar a morte e vultosas despesas com honorários advocatícios na defesa de atos praticados no exercício de suas funções.

Sobre o serviço policial, relata a assistente social Verônica do Couto Abreu, mestra pela PUC-RJ e professora do departamento de Serviço Social da UFPA:

O policial sofre aviltantes processos de descaracterização na instituição Polícia. Recebe arma e treinamento para manuseá-la, porém não passa por nenhum tipo de trabalho psicológico com objetivo de auxiliá-lo a utilizar essa arma. A Polícia não trabalha o policial em seu aspecto pessoal, familiar e social. Muitas vezes ele é obrigado a morar com a família em lugar infestado de bandidos ou, no exercício da profissão, ter que prender um vizinho, um amigo antigo. Trata-se de uma profissão altamente estressante. Quem é polícia, é polícia o dia todo. É quase impossível separar a vida profissional da vida íntima.

Para fazer frente às inúmeras dificuldades da profissão de oficial policial-militar, o edital do concurso para o CFO 2006 traça as características e parâmetros do perfil profissional exigido, alertando os candidatos sobre o que é avaliado no teste psicológico. Tais características e parâmetros constam no Quadro 5.

QUADRO 5: PERFIL PROFISSIONAL EXIGIDO NO TESTE PSICOLÓGICO PARA O CONCURSO AO CFO/2006.

Continua

CARACTERÍSTICA	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Controle Emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas, que pode afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.

QUADRO 5: PERFIL PROFISSIONGRÁFICO EXIGIDO NO TESTE PSICOLÓGICO  
PARA O CONCURSO AO CFO/2006. Conclusão

CARACTERÍSTICA	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à Frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível, quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente Elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade de o indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade de o indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo em tomar decisões, assumindo suas conseqüências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência Verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de Liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas: animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

FONTE: Edital para o concurso ao Curso de Formação de Oficiais/2006.

Igualmente, o Edital para o concurso ao CFOPM/2005 em andamento na Bahia, para o ingresso como Aluno-oficial em 2006, informa a finalidade do exame psicológico e estabelece o perfil e o contra-perfil psicológico exigido:

2.4 - A Avaliação Psicológica para fins de seleção de candidatos consiste em um processo realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos regulamentados pela Resolução nº 01 de 19 de abril de 2002 do CFP (Conselho Federal de Psicologia).

Os exames psicológicos têm por finalidade aferir a personalidade, inteligência, funções cognitivas e habilidades específicas do candidato para verificar se o mesmo apresenta características psicológicas incompatíveis com o exercício da função da policial-militar.

O perfil profissiográfico para o desempenho da atividade policial-militar consiste em parâmetros e características compreendidos como:

- Elevado (a) nível de assertividade, honestidade, controle emocional, resistência à frustração, senso de responsabilidade, flexibilidade, iniciativa, sociabilidade, capacidade de liderança, fluência verbal, dinamismo e adaptabilidade;
- Adequado (a) nível de maturidade, controle e canalização da agressividade, domínio psicomotor, potencial de desenvolvimento cognitivo e autoconfiança;
- Reduzido nível de ansiedade e impulsividade;
- Ausência de sinais fóbicos.

A inaptidão no exame psicológico não pressupõe a existência de transtornos mentais. Indica apenas que o candidato contra-indicado não atende aos parâmetros exigidos para o desempenho do cargo.

2.5 - Serão utilizados os testes psicológicos em conformidade com a Resolução CFP nº. 002 de 24 de março de 2003.

2.6 - O exame psicológico destinar-se-á a verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos, as características do candidato incompatíveis para o exercício da atividade policial-militar de acordo com o contra-perfil. Ficam estabelecidos como parâmetros de definição do contra-perfil psicológico do Aluno Oficial da Polícia Militar, o descontrole emocional, da agressividade e da impulsividade; alterações acentuadas da afetividade; oposicionismo às normas sociais e à figura de autoridade; distúrbio acentuado da energia vital de forma a comprometer a capacidade para a ação, com depressão ou elação acentuadas; dificuldade acentuada de estabelecer contato interpessoal e, funcionamento intelectual abaixo da média, associado ao prejuízo no comportamento adaptativo e desempenho deficitário de acordo com sua idade e grupamento social.

2.7 - Os resultados possíveis do exame psicológico serão decorrentes da análise conjunta de todas as técnicas e instrumentos psicológicos utilizados. Desta análise resultará o parecer INDICADO para os candidatos aprovados, que não apresentarem nenhum traço de personalidade incompatível com o exercício da função policial-militar; CONTRA-INDICADO para os candidatos que se enquadrarem no item 2.6 deste Edital e AUSENTE para o candidato que não foi avaliado em razão de não ter comparecido a uma ou todas as etapas do teste psicológico.

Analisando-se o perfil profissiográfico traçado pelos psicólogos nos editais dos concursos para o CFO no Paraná e na Bahia, ressaltamos a característica relativa à maturidade dos candidatos: a PMPR exige no concurso para o CFO a idade mínima de

17 e máxima de 25 anos, não sendo raros os Alunos-oficiais menores de 20 anos e, evidentemente, uma pessoa que já seja graduada em Direito terá uma idade maior, o que geralmente representa maior maturidade, outrossim, não se exige maturidade elevada dos candidatos; o parâmetro estabelecido é que seja apenas adequada à idade cronológica.

Caso a PMPR passasse a exigir a formação em Direito para o ingresso como oficial QOPM, a idade limite estabelecida provavelmente ficaria próxima dos 30 anos e este novo requisito não importaria em mudança no perfil profissiográfico dos Alunos-oficiais.

## 5. OS OFICIAIS DE POLÍCIA E DAS FFAA

### 5.1 O PAPEL DOS TENENTES QOPM DAS PPM

Logo depois de formado, o jovem Aspirante-a-oficial vai estagiar preferencialmente nas unidades operacionais da PMPR, onde praticamente já passará, com a devida supervisão, a executar a maioria das atribuições dos Tenentes.

ARANTES et alli (2000), citou várias das atribuições dos Tenentes QOPM:

#### 4.1 O Tenente Policial-militar.

[...]

De origem latina, *Tenente*, significa aquele que segura, agarra, cativa. ocupa, mantém; é aquele que sustenta.

Na Polícia Militar, o Tenente é a base, é o sustentáculo do sucesso das atividades de preservação de ordem pública. A ele compete o exercício da supervisão dos executantes da missão, através da liderança efetiva. É orientador e motivador de homens: seu papel fundamental. Tem que conhecer a doutrina da sua Corporação, para difundi-la e acima de tudo, tem que saber fazer, viver a atividade efetivamente.

O Tenente deve promover o aprimoramento profissional de seus comandados, como instrutor e inovador de técnicas e táticas operacionais que melhorem a qualidade do serviço prestado à comunidade. Disciplinado e disciplinador, não pode descuidar-se da ética profissional e sempre estar consciente que o aperfeiçoamento moral é fator indispensável à maior credibilidade e aceitação da Instituição pela sociedade e poder público. Tem que transformar potencialidades em efetividade e buscar resultados guiados pela excelência e modernidade. A apatia e a omissão, o fracasso e a incúria profissional são objetos de constante fuga do verdadeiro Tenente.

#### 4.2 Das tarefas do Tenente

O Tenente é o representante da primeira forma de poder militar do Oficial. Dele e de seu estilo e personalidade surgiram os exemplos a serem seguidos e copiados por seus subordinados. Na vida de caserna executará atividades de ordem administrativa, operacional, de comando e chefia.

Na Esfera *Administrativa* exercerá:

- a) chefia de seções de Estado Maior das OPM , assessorando diretamente aos seus Comandantes;
- b) atividades de elaboração de procedimentos administrativos;
- c) controle de recursos materiais e tecnológicos;
- d) ações de elaboração de documentos em geral;
- e) atividades de punir administrativa aos seus subordinados;
- f) preparação de escalas de serviços legais e legítimas;
- g) atividades com instrução de tropas;
- h) ações para controlar verbas administrativas;
- i) funções onde deverá ouvir queixas e críticas;
- j) ações como mestre de cerimônias em solenidade;
- k) atividades onde realizará palestras educativas;
- l) manutenção de viaturas e armamentos;
- m) manuseio de material de informática e equipamentos;



- n) atuação na assessoria de dignitários (ajudante de ordens);
- o) recrutamento de pessoas;
- p) representação de comandantes em solenidade;
- q) comando de tropas em formaturas.

Na esfera *Operacional* irá:

- a) comandar operações policiais-militares isoladas e ou em conjunto com outros órgãos públicos;
- b) distribuir pessoal no terreno durante serviços;
- c) executar segurança de dignitários;
- d) fazer investigações na área de polícia judiciária militar;
- e) coordenar policiamento de sua Unidade;
- f) agir tecnicamente;
- g) agir taticamente;
- h) atuar em calamidades e outros infortúnios;
- i) fazer orientações e proclamações públicas;
- j) elaborar BO – Boletins de Ocorrências;
- k) coordenar policiamento de trânsito urbano;
- k) manusear rádio VHF;
- l) atuar como negociador em crises;
- m) comandar grupos táticos;
- n) gerenciar crises;
- o) atuar na área de “inteligência” policial;
- p) executar atividades policiais em todos os processos, modalidades, circunstâncias, lugares e formas, definidas pelo Manual Básico de Policiamento Ostensivo (MBPO).

## 5.2 A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS QOPM NA PMPR

### 5.2.1 O Curso de Formação de Oficiais da PMPR

Desde que foi criada, em 10 de agosto de 1854, a Companhia da Força Policial, célula-mater da Polícia Militar do Estado do Paraná, a Instituição preocupa-se com a capacitação dos integrantes de seus quadros.

A partir da década de 60, com o advento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a PMPR vem seguindo as normas de o ensino militar para formar, atualizar, aperfeiçoar e especializar praças e oficiais.

Por se constituir a Segurança Pública um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos os cidadãos, a formação e o aperfeiçoamento do PM não devem restringir-se aos parâmetros estabelecidos pela PMPR. Necessitam enquadrar-se nos padrões exigidos pela legislação educacional para atingir a qualificação almejada pela Instituição e Sociedade.

A antiga Lei de Diretrizes e Bases já reconhecia o caráter específico do ensino militar e deixava a critério das instituições militares estabelecerem suas normas (BRASIL, 1971). Os cursos profissionalizantes da Polícia Militar seguiam normas internas, com reconhecimento somente no âmbito da Instituição, e não encontravam correspondência com nenhum currículo de curso do ensino regular, pois lhes faltava identidade própria.

Esta situação podia ser creditada a vários fatores. A maioria dos professores civis e militares das escolas de ensino policial militar da PMPR não tinha formação necessária para exercer a docência. O funcionamento do ensino nas escolas e os currículos dos diversos cursos fugiam às regras do ensino profissional regular por se adaptarem à estrutura e disciplina militares. As escolas descentralizadas desenvolviam seus cursos sem uniformidade no cumprimento das atividades curriculares. Os diplomas e certificados de conclusão de cursos não eram devidamente registrados pelas escolas.

Este cenário exigia mudanças, pois uma Instituição responsável pelo cumprimento da Lei e preservação da ordem pública não podia ficar à margem das normas de educação, praticando uma formação profissional em dissonância com as exigências legais do ensino, respaldada pela suposta excelência do ensino militar ministrado em suas escolas. Ou seja, o ensino policial militar necessitava englobar as exigências da LDB para que os cursos da PMPR fossem reconhecidos em âmbito nacional e, conseqüentemente, a Corporação alcançasse os níveis de excelência perseguidos com a formação de seu pessoal.

### 5.2.2 Equivalência do CFO ao nível superior

A LDB admite a equivalência de estudos de o ensino militar ao regular, desde que as normas fixadas pelos sistemas de ensino estejam de acordo com aquela. Assim, na Escola de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, realiza-se o Curso de Formação de Oficiais, criado pela Lei estadual nº. 1.943, de 23 de junho de 1954, o qual é regulamentado pelo Decreto estadual nº. 4.509/61 – Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

O Curso de Formação de Oficiais foi reconhecido oficialmente como equivalente a nível superior através do Parecer nº. 400, de 02 de setembro de 1982, expedido pelo Conselho Federal de Educação e publicado no Diário Oficial da União nº. 170, em data de 06 de setembro de 1982, quando se exigiu o ensino médio e vestibular para ingresso no CFO.

Interessante situação envolvendo o CFO foi que, através do Decreto estadual nº. 5.064, de 17 de fevereiro de 1998, o curso passou a ter quatro anos de duração e o Governador atribuiu, ao Comandante-Geral, poderes para a celebração de convênios com entidades militares ou civis, de direito público ou privado, e pessoas físicas para atender as necessidades dos cursos do Sistema de Ensino da Polícia Militar.

Por meio do Decreto estadual nº. 3.549, de 15 de fevereiro de 2001, ainda sob os auspícios do mesmo Governador de Estado, o Curso de Formação de Oficiais voltou a ter três anos de duração.

Neste momento, faz-se necessário consignar que a duração do CFO em três anos não pode ser considerada curta, vez que se realiza em tempo integral. A carga horária total do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, que possui duração de cinco anos, é de 3.360 horas/aula, ao passo que a do CFO totaliza 4.010 horas/aula.

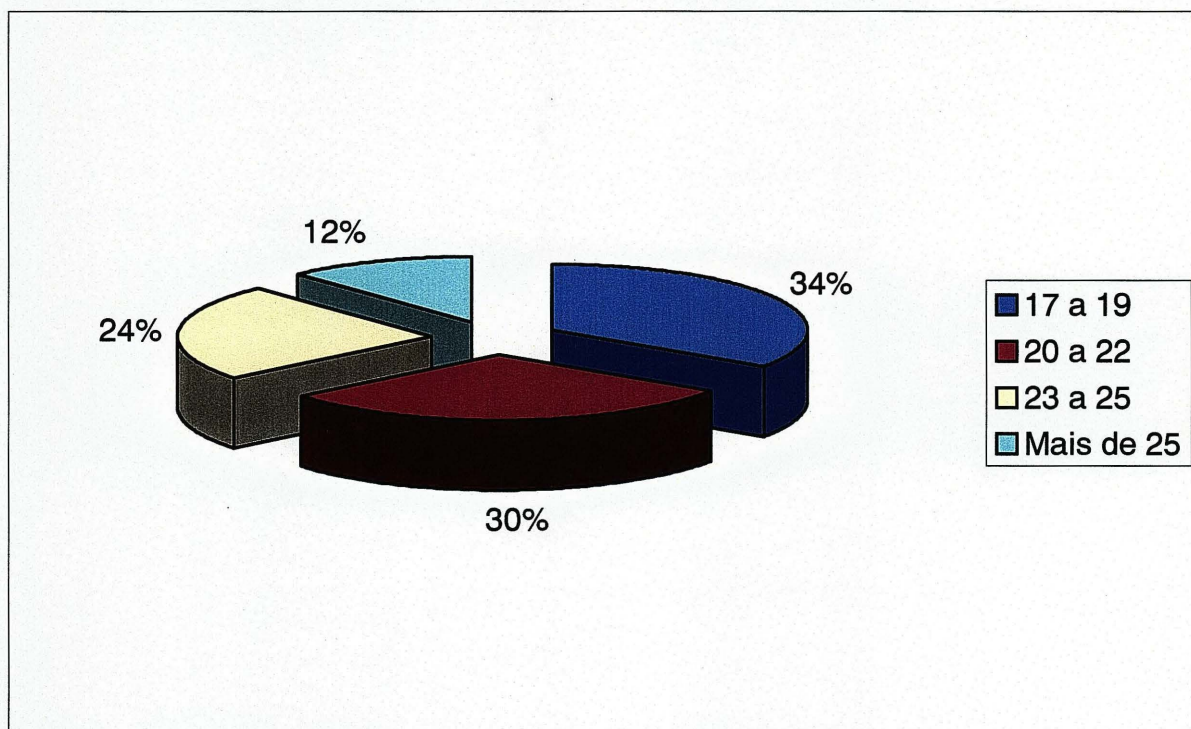
Os que concluem o CFO são declarados Aspirantes-a-oficial e passam por um período de estágio de um ano, após o qual, havendo vagas, são promovidos ao primeiro posto do oficialato: Segundo-tenente.

As demais formas de acesso ao oficialato são alheias ao Quadro de Oficiais Policiais-militares - QOPM, tais como o *Curso de Oficiais de Administração*, para os 1º Sargentos e Subtenentes, aprovados em concurso específico, e o *Estágio de Adaptação de Oficiais do Quadro de Saúde*, para profissionais da área de saúde de nível superior: médicos, dentistas, farmacêuticos, bioquímicos e veterinários.

### 5.2.3 O perfil dos atuais Alunos-oficiais QOPM

Os atuais Alunos-oficiais são pessoas muito jovens, como podemos observar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – MÉDIA DE IDADE DOS ALUNOS-OFICIAIS EM 2005.



FONTE: Escola de Formação de Oficiais/APMG.

Nenhum dos atuais Alunos-oficiais policiais-militares já concluiu outro curso de nível superior, mas vários deles já estão cursando, ou o trancaram, para melhor dedicar-se aos estudos no CFO.

Curiosamente, de todos os Alunos-oficiais que já começaram outro curso superior, nenhum deles optou pelo curso de Direito. Atualmente, o único que cursa Direito não pertencerá ao QOPM, pois se trata de um bombeiro-militar, função esta mais atrelada às Ciências Exatas.

A maior procura dos nossos Alunos-oficiais foi para a área de exatas, através dos cursos de engenharia, o que nos causa surpresa, visto que a função policial-militar está mais relacionada às Ciências Sociais, em virtude de tratar diretamente com as relações entre as pessoas, sendo a persuasão uma virtude fundamental para o policial desempenhar suas funções.

O Quadro 6 demonstra quantos Alunos-oficiais policiais-militares estão freqüentando outro curso superior e em qual área.

QUADRO 6 – CURSOS SUPERIORES FREQUENTADOS POR AL.-OF.

1º CFO	Curso	Situação
	Eletro técnica	3º ano
	Engenharia Mecânica	2º ano
	Informática	1º ano
	Comércio Exterior	1º ano
	<b>Total de Alunos</b>	25
	<b>Total graduandos</b>	04
	<b>Percentual</b>	16%
2º CFO	Curso	Situação
	História	3º ano
	Engenharia Civil	3º ano
	Engenharia Elétrica	4º ano
	Ciências Contábeis	3º ano
	Zootecnia	3º ano
	Fisioterapia	3º ano
	<b>Total de Alunos</b>	22
	<b>Total graduandos</b>	06
	<b>Percentual</b>	27,3%
3º CFO	Curso	Situação
	Geografia	2º ano
	Agronomia	1º ano
	Administração	3º ano
	Física	2º ano
	Engenharia Civil	1º ano
	Engenharia Mecânica	1º ano
	<b>Total de Alunos</b>	20
	<b>Total graduandos</b>	06
	<b>Percentual</b>	30%

FONTE: Escola de Formação de Oficiais/APMG.

#### 5.2.4 Graduações em Direito ou em outras áreas, pelos oficiais QOPM

O Curso de Formação de Oficiais é de nível superior. Apesar disso, um expressivo número de oficiais obtém outra graduação na área civil. Tal prática é incentivada pela Lei estadual nº. 5.944/69, Lei de Promoções dos Oficiais, em que se atribui 0,5 (meio) ponto positivo por ano de realização de curso superior, para fins de promoção pelo critério de merecimento, considerando-se a duração normal do curso, isto é, independe do recebimento de créditos ou de reprovações. Giza o dispositivo:

Art. 37. São registrados na ficha de promoção pontos positivos, pelos seguintes motivos:

[...]

VII - Curso de nível universitário, meio (0,5) ponto por ano de duração, a não mais de um (1) curso;

[...]

Pelo critério estabelecido pela CPO, os cursos de maior duração tendem a ter uma maior preferência. Registre-se, entretanto, que a Lei estadual 5.940/69, Lei de Promoções das Praças, em seu art. 36, incentiva muito mais os graduados a cursarem nível superior, pois a pontuação atribuída é de 4 pontos por ano de duração do curso:

Art. 36 - São registrados na ficha de merecimento pontos positivos pelos seguintes motivos:

[...]

VI - Cursos de Nível Secundário:

a) primeiro ciclo: quatro (4) pontos;

b) segundo ciclo: oito (8) pontos, positivos.

VII - Cursos de Nível Universitário:

quatro (4) pontos positivos por ano de duração do curso.

[...]

O curso de Direito, cuja duração regular é de 5 anos, para os oficiais representa 2,5 pontos positivos; já para as praças representa 20, ficando os graduados com nível superior 12 pontos à frente dos que possuem apenas o nível médio, para os quais a Lei de Promoção de Praças atribui 8 pontos positivos. Fica evidenciado que, para um Sargento, vale a pena investir na realização de um curso de nível superior, já para os oficiais, como a diferença não é tão expressiva, muitos deles arriscam-se em não investir em si mesmos.

Como a constante qualificação profissional é bem-vinda, consideramos que a LPO deveria ser revista e, entre inúmeras outras modificações, as atribuições de pontos positivos deveria ser majorada. Se a pontuação fosse, por exemplo, à razão de 0,002 por hora/aula do curso de nível superior, considerando-se somente as disciplinas obrigatórias (excluindo as optativas), o curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, que conta atualmente com uma carga horária total de 3.360 horas, representaria, ao oficial concludente, 6,720 pontos positivos, impulsionando sobremaneira sua carreira em relação aos que não frequentaram uma instituição civil de nível superior.

Nem todos os oficiais encaminham seus diplomas de nível superior em instituição civil para registro, na Comissão de Promoção de Oficiais, logo após a conclusão. O Quadro 7 demonstra o quantitativo de oficiais da ativa que já registraram seus diplomas na Comissão, destacando os que concluíram o curso de Direito.

#### QUADRO 7 – FORMAÇÕES SUPERIORES, NAS ÁREAS CIVIS, DOS OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES DA PMPR.

Posto	Quantidade	Bacharéis em Direito	%	Outras formações superiores	%	Total	%
Cel.	12	08	66	02	17	10	83
TC	38	23	61	05	13	28	74
Major	63	26	41	16	26	42	67
Capitão	186	47	25	58	31	105	56
1º Ten.	204	42	21	50	24	92	45
2º Ten.	239	05	02	14	06	19	08
<b>TOTAL</b>	<b>742</b>	<b>151</b>	<b>20</b>	<b>259</b>	<b>35</b>	<b>410</b>	<b>55</b>

FONTE: Comissão de Promoção de Oficiais/CG da PMPR em 05 out. 05.

NOTA: Os dados referem-se somente a oficiais que efetivamente encaminharam cópia de seus diplomas à Comissão de Promoção de Oficiais.



### 5.3 A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS QOPM NO BRASIL

#### 5.3.1 Nível de escolaridade exigido para o ingresso nas PPMM

Pesquisamos o nível de escolaridade exigido para o ingresso como oficial QOPM em todas as PPMM do Brasil. O resultado foi que a grande maioria continua exigindo apenas o ensino médio. Apenas três Estados brasileiros exigem nível de escolaridade superior para os Alunos-oficiais, a saber:

Acre: ensino superior em qualquer área;

Goiás: ensino superior em Direito; e

Rio Grande do Sul: ensino superior em Direito.

Não se podem negar algumas vantagens que uma instituição possui ao ter oficiais bacharéis em Direito em seus quadros. Uma delas é que os Oficiais de Polícia possuiriam a mesma formação superior que os advogados e as autoridades que compõem o ciclo de persecução criminal: Delegados de polícia, Promotores de justiça e juízes de direito. Outro aspecto seria a economia para o Estado, pois o CFO pode ser diminuído para dois anos, visto que as disciplinas jurídicas já seriam de domínio dos Alunos-oficiais. Citamos também que, caso a PEC nº. 21/05 venha a ser aprovada, tal como consta em seu projeto original, se o governo estadual paranaense resolvesse atribuir às duas polícias estaduais o ciclo completo de polícia, possuiria oficiais melhor capacitados para exercerem as funções de polícia judiciária comum do que os Estados que não exigem a formação jurídica.

Paradoxalmente, temos que nos reportar ao que dissemos sobre a formação dos oficiais das Forças Armadas, que deixa indelevelmente gravado nas pessoas o culto aos valores militares.

#### 5.3.2 O CFO do Acre

Até o ano passado, o Estado do Acre formava seus oficiais de polícia nas academias de outros Estados, mas, neste ano, teve início o primeiro curso de formação de oficiais. Foi exigida dos candidatos a formação superior em qualquer área.



Em entrevista a toda imprensa acreana, o chefe do gabinete civil, Roberto Ferreira, declarou: "A exemplo do Rio Grande do Sul, todos os nossos cadetes têm curso superior. Outro aspecto importante da nossa formação diz respeito à duração do curso, que será de dois anos. Isso traz economia e eficiência para o programa a ser desenvolvido".

A bem da verdade, embora não tenhamos visto a grade curricular do CFO do Acre, certo é que, em Goiás e no Rio Grande do Sul, a formação exigida é em Direito. Destarte, dispensam-se longas cargas horárias destinadas às disciplinas jurídicas no CFO, podendo ser perfeitamente realizado em dois anos. Já no caso do Acre, como a exigência é formação superior em qualquer área e as disciplinas jurídicas são imprescindíveis, este fato pode trazer alguns transtornos para a formação, pois terão aproximadamente 1.300 horas/aula a menos do que um curso de formação de oficiais de três anos. Terão que adotar planos de matérias bem específicos às atividades PM e contar com um excelente corpo docente para terem uma boa formação de seus oficiais.

### 5.3.3. O CFO de Goiás

Goiás já teve uma breve experiência com a exigência do curso superior em Direito para o ingresso no CFO. Foi no ano de 1991. Era necessário ser bacharel ou acadêmico em Direito para o ingresso. Os Alunos-oficiais tinham suas aulas na academia de polícia no período matutino e freqüentavam a faculdade de Direito à noite.

No ano seguinte já não houve mais a exigência, não tendo sido divulgado oficialmente o porquê, pelo Comandante-Geral.

Neste ano, a exigência do curso de Direito para o ingresso no CFO voltou. Para tanto, a polícia goiana teve o seu estatuto alterado, assim, o art. 11 da Lei estadual nº. 8.033/75, recebeu nova redação pela Lei estadual nº. 14.851/04, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 11 Para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM do Estado de Goiás exigir-se-á que o candidato:

I – tenha sido previamente aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, ao qual somente poderão inscrever-se bacharéis em Direito, conforme dispuser o edital;

II - seja considerado habilitado em exames de capacidade física e de avaliação psicológica, ambos de caráter eliminatório;

III - tenha comportamento irrepreensível e conduta ilibada, comprovados através de investigação social, conforme definido no edital do concurso;

IV - goze de saúde física e mental, comprovada por Junta Médica Oficial;

V - tenha idade não superior a 32 (trinta e dois) anos, na data da posse;

VI - logre aprovação e classificação em curso de formação de oficiais, a ser ministrado pela Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, da Secretaria da Segurança Pública e Justiça ou por órgão ou entidade pública conveniada ou contratada, com duração mínima de 2 (dois) anos;

VII - não tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

§ 1º O candidato realizará o curso de formação a que se refere o inciso VI na condição de Cadete.

§ 2º O ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM far-se-á no Posto de 2º (segundo) Tenente.

Chama-nos mais a atenção o seguinte: o limite de idade estabelecido em 32 anos; a duração do CFO de dois anos; e que, diferente do Rio Grande do Sul, após a formatura o Aluno-oficial é promovido ao posto de 2º Tenente e não Capitão.

#### 5.3.4 O CFO da Brigada Militar

Em 19 de agosto de 1997, foi publicada no Diário Oficial do Rio Grande do Sul a Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997, a qual alterou toda a estrutura da Brigada Militar.

Passou-se a exigir para o ingresso como oficial, o curso de Direito. Entraram em extinção: o Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE); o posto de 2º Tenente e o de Aspirante-a-oficial, Subtenente, 3º Sargento e Cabo. A operacionalidade foi passada para os Tenentes que vieram das graduações de Subtenente e Sargento etc.

A Lei já sofreu alguns ajustes, através da Lei estadual nº. 11.773, de 5 de abril de 2002, e destacamos os dispositivos que mais interessam ao presente estudo:

Art. 2º - Fica instituída a carreira dos Servidores Militares Estaduais de Nível Superior, estruturada através do Quadro de Oficiais de Estado-Maior - QOEM e do Quadro de Oficiais Especialistas em Saúde - QOES.

§ 1º - A carreira dos Quadros de Oficiais, de que trata o “*caput*” deste artigo, é constituída dos postos de Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel. [...]

Art. 3º - O ingresso no QOEM dar-se-á no Posto de Capitão, por ato do Governador do Estado, após concluída a formação específica, através de aprovação no Curso Superior de Polícia Militar.

§ 1º - O ingresso no Curso Superior de Polícia Militar dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos com exigência de diplomação no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

§ 2º - Os aprovados no concurso público de que trata o parágrafo anterior, enquanto estiverem freqüentando o Curso Superior de Polícia Militar, cujo prazo de duração não excederá a dois anos, serão considerados Alunos-Oficiais. [...]

Art. 6º - [...]

§ 1º - Os atuais postos de Primeiro e Segundo-Tenentes do QOPM e do QEOPMFem passam a constituir Quadro Especial de Oficiais da Brigada Militar em Extinção - QEOBMEEx, [...]

§ 5º - O Curso Superior de Formação de Oficiais da Brigada Militar (CSFO/BM), com vigência anterior a esta Lei, é equivalente e substituído pelo Curso Superior de Polícia Militar. [...]

Art. 8º - O Oficial do Quadro de Oficiais de Estado Maior- QOEM exerce o Comando, Chefia ou Direção dos órgãos administrativos de média e alta complexidade da estrutura organizacional da Corporação e das médias e grandes frações de tropa de atividade operacional, incumbindo-lhe o planejamento, a coordenação e o controle das atividades a seu nível, na forma regulamentar, bem como o planejamento, a direção e a execução das atividades de ensino, pesquisa, instrução e treinamento, voltadas ao desenvolvimento da segurança pública, na área afeta à Brigada Militar. [...]

Art. 11 - Fica instituída a carreira dos Servidores Militares Estaduais de Nível Médio, integrada pelo Quadro de Primeiro-Tenentes de Polícia Militar - QTPM e pelas Qualificações Policiais-Militares - QPM - para Praças, composta, respectivamente, por posto e graduações, com exigência da escolaridade de 2º Grau do ensino médio, a qual possibilitará o acesso do grau hierárquico de Primeiro-Tenente. [...]

Sabe-se que toda mudança gera resistências, mas, desde a entrada em vigor da Lei Complementar nº. 10.992, de 18 de ago. 1997, ela sofreu pequenas modificações pela Lei estadual nº. 11.773, de 5 abr. 2002, as quais se destinam somente a garantir direitos aos postos e graduações que foram extintos ou unificados.

O que gerou mais polêmica na Brigada Militar não foi a exigência da formação em Direito para o ingresso como oficial, mas sim, a supressão de postos e graduações e, principalmente, a passagem da coordenação e fiscalização do serviço de policiamento para os Tenentes oriundos dos quadros de praças. Indubitável a experiência profissional deles, outrossim, sempre existirá quem considere não ser recomendável que uma pessoa que há pouco freqüentava o círculo dos Sargentos e Subtenentes, passe a fiscalizá-los operacionalmente. A tradição sempre foi que as praças que galgam para o oficialato tornam-se oficiais administrativos e os jovens Tenentes, com toda a sua peculiar vitalidade, assumem a operacionalidade.

## 5.4 A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE POLÍCIA NO MUNDO

Sobre esse assunto, temos que destacar a brilhante pesquisa feita por ARANTES et alli (2000), onde explicam o seguinte:

### 6.2 A Formação dos Executivos de Polícia no Mundo.

Através de conhecimentos anteriores sabemos que existem basicamente dois sistemas de formação de executivos de polícia (oficiais) no mundo: aquele em que o candidato ingressa em um curso específico de formação (normalmente de longa duração - 3, 4 ou até 5 anos), ao final do qual é graduado como Oficial (termo genérico para executivo policial), e aquele em que o cidadão ingressa em um curso que o irá habilitar para as funções de policial de rua (Soldado, PM, "police officer" etc.), sendo que depois de chegar, através de concursos ou exames, à graduação de Sargento ou equivalente, pode candidatar-se à promoção ao posto de Tenente, também através de exames classificatórios. [...]

Do estudo dos modelos de formação dos *executivos policiais* (oficiais) de outras polícias do mundo, pudemos constatar a existência de duas formas bastante distintas: a primeira delas utilizada por países como Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Chile, prevêem a existência de um curso de longa duração, ao final do qual o formando é graduado como Oficial. A segunda forma, adotada amplamente nos Estados Unidos da América, recruta seus futuros executivos policiais, submete-os a um curso de formação de curta duração, ao final do qual o formando é graduado como policial de rua; com a continuidade de sua carreira, chegando à graduação de Sargento, ele pode vir a ser promovido ao posto de Tenente, tornando-se, então, um executivo policial.

Difícil afirmar-se qual dos dois sistemas é melhor. No primeiro deles tem-se a vantagem de obter-se uma melhor mudança comportamental do indivíduo devido ao tempo em que permanece dentro da unidade escola. Como ponto negativo, tem-se a inexperiência profissional do Oficial recém formado. No segundo sistema, que podemos denominar de *sistema americano*, a grande vantagem é a experiência profissional que possui o executivo policial "*Lieutenant*", uma vez que para chegar a este posto já passou por outras funções dentro da polícia; uma desvantagem deste sistema é que devido ao pouco tempo de duração de seus cursos de formação opera-se pouca mudança comportamental no Aluno, ficando difícil, em tão pouco tempo, mudar sua mentalidade de cidadão comum para a de um policial que irá lidar com assuntos muito complexos que envolvem a segurança e a vida de seres humanos. Outra desvantagem, é a de que, embora o novo Tenente realize um curso de pequena duração que visa prepará-lo para as novas funções, fica claro que em tão pouco tempo também se torna difícil mudar seu comportamento, transformando-o de executor de policiamento em gerenciador e fiscalizador das ações de seus subordinados. [...]

Foi constatado também, que as exigências para ingresso são bastante semelhantes às nossas em praticamente todas as polícias pesquisadas. As faixas etárias se assemelham, os graus de escolaridade são equivalentes, os exames são realizados quase que da mesma forma.

Pesquisaram os referidos autores que o grau de escolaridade exigido para o ingresso é equivalente ao nosso, ou seja, ensino médio, todavia, vale ressaltar que são raríssimos os países em que ainda se compilam inquéritos policiais precedendo as ações penais como aqui, sendo as atribuições de polícia judiciária mais simplificadas.

## 6. A PERSECUÇÃO CRIMINAL

### 6.1 A MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS ESTADUAIS

A Constituição Federal de 1988, denominada de "Constituição Cidadã" pelo saudoso Dr. Ulysses Guimarães, incluiu a polícia no programa de segurança pública do Estado, relacionando suas diversas modalidades e destacando suas competências.

Isso não quer dizer que as constituições anteriores não houvessem tratado do tema. A questão se circunscreve unicamente ao fato do destaque e do funcionamento do organismo policial.

A propósito disso, vale lembrar que a palavra polícia, segundo o renomado processualista Tourinho Filho, deriva do grego "politéia" - de pólis (cidade) e significou, a princípio, o ordenamento jurídico do Estado, governo da cidade e, até mesmo, a arte de governar". (In Processo Penal, vol. I, p. 167, Saraiva).

Para o mesmo mestre, "a polícia, com o sentido que hoje se lhe empresta - órgão do Estado incumbido de manter a ordem e a tranquilidade públicas - surgiu ao que parece, na Velha Roma". (ob. Cit., p. 167).

A polícia, em nossos dias, deve suscitar a idéia de segurança pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, posto haver sido criada para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, da tranquilidade e paz interna, tal como previsto pelo art. 144 da nossa Carta de Princípios.

A seu turno, a expressão *segurança pública* tem conotação abrangente e envolve obrigatoriamente o conceito de segurança nacional, o qual exige de todos os cidadãos a colaboração no combate à criminalidade, à defesa interna e externa e aos recursos logísticos e materiais para consecução dos seus objetivos.

O art. 144 da Constituição Federal define a competência dos órgãos responsáveis pela prestação da segurança pública, *ipsis litteris*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
(omissis)

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(*omissis*)

§ 4º. Às polícias civis, dirigidas por Delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º. As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(*omissis*)

A Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989 repete a previsão contida no artigo 144 da Constituição Federal, atribuindo à Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros-militares, a responsabilidade pela segurança pública no Estado. Estipula que a Polícia Militar é força pública estadual, permanente e organizada com base na hierarquia e disciplina militares. Ao tratar dos tipos de atividades afetas à Instituição, mantém as várias modalidades de policiamento ostensivo definidas no Decreto federal nº 88.777, de 20 de setembro de 1983, bem como, o caráter de força auxiliar e reserva do Exército (PARANÁ.. Constituição, 2005).

Percebe-se que os textos constitucionais vigentes, que tratam da segurança pública, traduzem a institucionalidade reinante no final dos anos 80 e incorporaram o *status quo* das organizações militares que não desejavam a perda de prestígio e poder em relação às funções até então por elas desempenhadas. Mantidas praticamente inalteradas suas regras sobre atribuições de polícia ostensiva de segurança pública, a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, nº 6.774/76 continuou em vigor, apesar de ter sido elaborada com base nos preceitos do Decreto-Lei nº 667, de 6 de julho de 1969, definindo toda a estrutura atual da Instituição, inclusive a de ensino (PARANÁ. Polícia Militar, 1976).

## 6.2 POLÍCIA

O vocábulo “polícia” provém do grego *politeia*, de *polis* (cidade) – significou, a princípio, o ordenamento jurídico do Estado.

Em Roma o termo *politia* adquiriu um sentido todo especial, significando a ação do governo no sentido de manter a ordem pública. Posteriormente passou a indicar o próprio órgão incumbido de zelar pela segurança dos cidadãos.

O administrativista José Cretella Júnior formulou o seguinte conceito: “É a atividade do Estado para assegurar a ordem pública através de limitações legais impostas à liberdade coletiva e individual”.

### 6.3 PODER DE POLÍCIA

O Poder de Polícia é inerente a toda a Administração Pública, traduzindo-se como uma atividade estatal que restringe e condiciona o uso e gozo dos bens, direitos e atividades das pessoas, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

### 6.4 POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Não expressa um órgão propriamente dito, mas sim, a função que desempenha.

Rege-se pelo direito administrativo, sendo exemplo dessa atividade a polícia sanitária, a fiscalização das construções, do uso das águas, florestas, minas etc.

### 6.5 POLÍCIA DE SEGURANÇA

É aquela que tem por objetivo as medidas preventivas, visando à preservação da ordem jurídica, principalmente através do policiamento ostensivo.

A CF atribuiu este mister às polícias militares através do art. 144, § 5º.

Regulamentando o texto constitucional, encontramos o Decreto-Lei nº 667 (e suas alterações), e os Decretos nº 88.540/83 e 88.777/83, que vigiam à época da edição da nova Constituição Federal e foram, por ela, recepcionados.

Os membros das polícias militares e dos corpos de bombeiros-militares dos Estados formam uma classe especial de agentes públicos denominada de “militares estaduais” (art. 42 e §§ da CF), cujo regime jurídico utilizado é o mesmo dos militares federais.

As atividades da Polícia de Segurança são, prevalentemente, reguladas pelo direito administrativo.

Após a eclosão do crime não se pode mais falar em atividade preventiva e sim, em atividade repressiva.

Nessas circunstâncias, a polícia preventiva atua como auxiliar da autoridade policial, ou seja, pratica atos auxiliares de polícia judiciária sob a égide da legislação processual penal. Por exemplo: executa a prisão em flagrante do autor do delito, arrola testemunhas, isola o local do crime, apreende os objetos relacionados com o delito etc.

## 6.6 POLÍCIA JUDICIÁRIA

É a polícia que tem por finalidade investigar as infrações penais e apurar a respectiva autoria, a fim de que o titular da ação disponha de elementos suficientes para propor a ação penal.

No Brasil, essas funções são exercidas pela Polícia Civil (art. 144, § 4º da CF): “As polícias civis, dirigidas por Delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares”.

Note-se que o legislador constitucional distinguiu a apuração das infrações penais e a função de polícia judiciária. Portanto, é lícito afirmar que as polícias civis executam duas atividades distintas, sendo uma eminentemente administrativa, que é a investigação do fato típico e a apuração de sua autoria, e a outra é a atividade auxiliar de fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias para a instrução e o julgamento das ações penais. Deve, ainda, realizar diligências, cumprir mandados de prisão, colher a vida pregressa do réu, providenciar provas periciais, documentais e pessoais etc.

Considerando o conceito de polícia de Bitne: “Polícia é aquela organização que tem a legitimidade de intervir quando alguma coisa que não devia estar acontecendo, está acontecendo, e alguém tem que fazer alguma coisa agora”. Considerando ainda que a CF, em seu art. 144, § 5º, disciplina que cabem às polícias militares, além do policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública, sendo este



um termo bastante amplo, através do qual o legislador constituinte concedeu às PPMM uma competência residual ou remanescente. Conclui-se, então, não haver problema em policiais-militares cumprirem, temporariamente, os serviços de polícia judiciária comum em municípios que não contem com servidores de carreira da Polícia Civil.

Corroborando-se ao fato de que o inquérito policial é uma peça meramente informativa e prescindível, numa hipótese de greve dos Delegados de Polícia Civil, os oficiais de polícia não apenas poderiam, mas deveriam assumir as delegacias de polícia para lavrar os necessários autos de prisão em flagrante delito e inquéritos policiais. Ressaltamos que isso seria apenas em caráter emergencial e temporário; seria a exceção e não a regra, como tem ocorrido ao nível dos Sargentos e Subtenentes, com os gestores administrativos.

O Decreto estadual nº. 1.557, de 09 de julho de 2003, que criou a absurda figura dos gestores administrativos, disciplina, em seu art. 1º: "Nos municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de Delegado de polícia de carreira, o atendimento nas Delegacias de Polícia será realizado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar." O graduado faz praticamente todo o inquérito e um Delegado de Polícia Civil de um município próximo supervisiona e preside. Esta prática fere inúmeros preceitos legais. Deveria o governo estadual redirecionar mais recursos para a área de segurança pública e fazer as inclusões necessárias de policiais civis, retornando os policiais-militares para as atividades de polícia de segurança.

## 6.7 POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

No militarismo, a polícia judiciária militar é exercida, entre outras autoridades, principalmente pelos comandantes de unidades e diretores (art. 7º do CPPM), os quais delegam poderes normalmente para oficiais subalternos presidirem os IPM (art. 7º, §§ 1º, 2º e seguintes do CPPM).

Como visto acima, no art. 144, § 4º da CF, está disciplinado que os Delegados de Polícia Civil não possuem poder de polícia judiciária militar, nem podem apurar infrações penais militares.

## 6.8 O INQUÉRITO POLICIAL

O Inquérito Policial é um procedimento persecutório de caráter administrativo que visa à apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de subsidiar o titular da ação penal (MP ou ofendido) para o ingresso em juízo.

Tem características de atividade administrativa. A ele não se aplicam os princípios da atividade jurisdicional. Nele não há contraditório, ampla defesa, publicidade, nulidades que alcançam a ação penal. Não há ampla defesa, mas não pode o indivíduo ser vítima de arbitrariedades; é ente de direitos.

Não há constrangimento ilegal no indiciamento, quando realizado na sua normalidade, pois é uma mera peça informativa.

Quem preside o inquérito é o Delegado de polícia.

Não há um rito procedimental definido, mas existem providências mínimas que devem ser adotadas conforme a exigência da situação.

Em regra, seu conteúdo é apenas informativo, porém, não se pode negar sua importância probatória, notadamente no que tange às provas periciais, documentais e até pessoais (estas desde que corroboradas com os demais elementos de prova).

Apesar da considerável contribuição que o Inquérito Policial proporciona ao sucesso da Ação Penal, este não é imprescindível para o seu início, como podemos observar pelo texto do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº. 3.689/41:

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

[...]

Art. 39 [...]

§ 5º. O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.

[...]

Art. 46 [...]

§ 1º. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informação ou a representação.

Lembramos também que a tipificação legal do crime *in tese*, cometido por alguém, feita pelos policiais-militares, por ocasião do preenchimento do Boletim de

Ocorrência Policial, não condiciona o Delegado de polícia a aceitá-la. Da mesma forma, a tipificação feita pelo Delegado de polícia não vincula o Promotor de justiça no ato do oferecimento da denúncia e esta, também não vincula o exercício jurisdicional. Para o exercício da magistratura vige o princípio: *narra-me o fato que te darei o direito*. O Código de Processo Penal trata das figuras da *mutatio libeli* e da *emendatio libeli* em seus artigos, 383 e 384, *in verbis*:

Art. 383. O Juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

Art. 384. Se o Juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, fale e, se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.

Parágrafo único. Se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o Juiz baixará o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, abrindo-se, em seguida, o prazo de 3 (três) dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas.

Possui o inquérito policial duas principais finalidades:

- Implementar a colheita de todos os dados fundamentais acerca de uma infração penal, bem como a coleta de todos os dados acerca do possível autor do crime, de modo a viabilizar a *opinio delicti* (MP, titular da ação penal pública, considerando suficientes os indícios de autoria e materialidade, oferece a denúncia).

- Dar respaldo probatório para a defesa ou para a acusação; conferir justa causa (que é condição da ação; corresponde ao interesse processual) para a propositura de uma ação penal.

Se por outro meio se provar a justa causa, dispensa-se o inquérito policial; tanto é assim que quando se tratar de abuso de autoridade, dispõe a lei que a denúncia poderá ser oferecida com base tão-somente no depoimento da vítima e de testemunhas, perante o Promotor de Justiça.

É atribuição da polícia judiciária instaurar o Inquérito Policial - art. 4º CPP. Por ser uma atribuição, os vícios do I. P. não afetam a ação penal. Não se podem alegar nulidades na ação penal por vícios encontrados no I.P. Todavia, existem provas colhidas no I.P. que devem observar bem as formalidades, principalmente aquelas

definitivas, como as perícias, pois qualquer vício detectado nestas provas gera a nulidade processual. Portanto, quanto aos vícios, a regra não é absoluta.

## 6.9 AUTORIDADE POLICIAL

Muito se tem discutido sobre quem é a autoridade policial, principalmente após o advento da Lei Federal nº. 9.099/95, que criou o Termo Circunstanciado. Essa discussão tomou vulto no direito administrativo ficando, atualmente, entendido que autoridade policial é qualquer agente policial que esteja agindo no exercício do seu poder de polícia.

Sustenta-se que o legislador, ao escrever o art. 4º do Código de Processo Penal, não distinguiu, quando poderia tê-lo feito, entre autoridade de Polícia Civil e autoridade de Polícia Militar, que possa exercer atividade de polícia judiciária. Assim, onde a lei não distingue, não pode o intérprete fazer distinções.

Em verdade, segundo Álvaro Lazzarini, o que o *caput* do art. 4º do CPP estabeleceu é que não é legítima a apuração de infrações penais e de sua autoria por quem não esteja, regularmente, investido de autoridade pública, valendo como exemplo de não autoridade aquele indivíduo que pratique investigações particulares, como os detetives particulares.

Saliente-se que o Inquérito Policial é um procedimento eminentemente administrativo e não é imprescindível para a ação penal (art. 39, § 5º e art. 46, § 1º do CPP).

Além disso, qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria, indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção (art. 27 do CPP).

Reforçando esse entendimento, temos ainda o texto constitucional que ao referir-se à atividade de polícia judiciária exercida pela Polícia Civil (art. 144, § 4º), silencia quanto à exclusividade da incumbência, diferentemente do que faz com relação à Polícia Federal (art. 144, § 1º, IV).

Não sendo o Inquérito Policial uma peça imprescindível para a propositura da Ação Penal, os eventuais vícios que possua não alteram a sorte daquela. Tanto é verdade que até recentemente, em nosso Estado, muitos Inquéritos Policiais eram compilados por agente públicos em cargos comissionados por decreto e, nem por isso, invalidaram as Ações Penais decorrentes. Atualmente, o Paraná só possui Delegados de polícia de carreira, bacharéis em Direito.

Lembremos que mesmo a atividade de polícia judiciária é administrativa por excelência, não se confundindo com a atividade judiciário-criminal, do qual o agente policial é apenas auxiliar, seja ele civil, militar, possuidor ou não de título universitário. Por essa razão, temos que nada obsta a confecção do Termo Circunstanciado (Lei Federal nº 9.099/95) e mesmo de Inquéritos Policiais por policiais-militares, por necessidade imperiosa.

Não podemos negar que a celeuma sobre o tema é produto de antiga disputa entre a Polícia Civil e a Polícia Militar e está longe de se tornar pacífica.

Logicamente que para a execução do policiamento ostensivo preventivo, a autoridade competente é a militar e o é com exclusividade, conforme o disposto na CF (art. 144, § 5º) e no Decreto federal nº 667/69, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.010/83 e regulado pelo Decreto federal nº. 88.777/83.

Para o exercício da polícia judiciária e apuração da infração penal, a autoridade competente é o Delegado de polícia, conforme a infração seja de competência da Polícia Federal ou Estadual. Em suma, o agente público, no exercício da função, é autoridade e, se ocupa cargo e exerce funções policiais, como agente do Poder Executivo, é Autoridade Policial.

Não há dúvida que no Brasil, além de autoridade policial para o exercício de atividade de polícia administrativa de segurança pública, o policial-militar o é, também, para atividade de polícia judiciária na realização de atos instrutórios que possam conduzir à plena realização da Justiça Criminal.

Convém lembrar que a missão precípua das polícias militares é a “preservação” da ordem pública e o conceito deste termo é tão vasto que se presta a abranger tanto a atividade preventiva quanto a repressiva, assim entendida como a colaboração que deve ao Poder Judiciário para a realização da Justiça Criminal. Nessa

colaboração, embora disciplinada pelas leis de processo penal, a atividade policial, conhecida por Polícia Judiciária, continua administrativa.

Em outras palavras, onde faltar qualquer organismo incumbido da atividade de segurança pública, a PM tem o dever de suprir a falta, pois sua missão constitucional é preservar, a todo custo, a ordem pública. Para tanto, às vezes se faz necessário primeiro restabelecê-la ou, eventualmente, tomar providências típicas de polícia judiciária, como é o caso dos gestores administrativos, que atuam como Escrivães.

## 6.10 POLÍCIA DE CICLO COMPLETO

Diz-se polícia de ciclo completo aquela instituição que realiza: o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo; atividades investigativas para evitar a ocorrência de delitos ou para apurá-los; as perícias e a lavratura de peças de polícia judiciária, tais como o Termo Circunstanciado de Infração Penal, Auto de Prisão em Flagrante Delito ou Inquérito Policial.

O problema do Brasil não é a existência de duas polícias nos Estados. O problema é que ambas só realizam parcialmente o ciclo de polícia. Em vários países do mundo existem duas ou mais polícias, todas agindo muito bem, vez que executam o ciclo completo de polícia.

Não há segredo na eficiência das polícias européias, elas apenas desenvolvem o ciclo completo de polícia. LAZZARINI (1986) trata muito bem deste tema:

[...] em todos os países que passamos, independente de sua extensão e da sua organização, federação ou não, há uma ou mais de uma organização policial, de acordo com suas peculiaridades. Um fato porém é comum em todos esses países: seja uma, duas, três, quatro ou cinco polícias, e sejam essas polícias de estrutura militar ou de características militares, mesmo agindo na mesma região, todas elas, e sem que haja qualquer problema, fazem o ciclo completo de polícia, ou seja, polícia preventiva, repressiva, investigatória e judiciária (não existe em nenhum país, polícia com outro tipo de característica, como é o caso das polícias civis do Brasil). Parece-nos - continuam os oficiais-Alunos - nesse ponto recair "uma das mais fortes razões da eficiência e eficácia das polícias européias" - todos os organismos policiais fazem o ciclo completo de polícia. Cumprem todas as etapas e vêem seu trabalho completo concluído. O trabalho inacabado ou abandonado, entregue a outra para terminar à sua maneira, não anima, não entusiasma, ao contrário, desanima, desinteressa. Da mesma forma um trabalho recebido pelo meio, para se terminar, não os empolga; se não formos os iniciadores, não é a nossa autoria, cumprimos a obrigação de terminar, mas sem entusiasmo.

E outro ponto importante: em todos esses países, todas as organizações policiais têm seu pessoal que trabalha uniformizado e que trabalha em trajes civis e são dotadas de sofisticados laboratórios para execução de perícias e exames técnicos para o desempenho de suas atividades de investigação. Todo "policimento ostensivo" de rua é feito com pessoal "uniformizado". Não há policial em trajes civis trabalhando na rua. O pessoal em "trajes civis" é utilizado em funções burocráticas e na "área de investigação".

KRUTLI G. K. et alli (2000), em brilhante monografia, citaram NATAL (1999) e demonstraram que a maioria dos países da Europa e América possui polícias, militarizadas ou não, todas executando o ciclo completo de polícia, com funções de polícia ostensiva, investigatória e judiciária. Percebe-se ainda que este modelo, embora já adotado por vários países, está muito longe de tornar-se obsoleto; constitui, sim, no modelo mais eficiente disponível. Ensinam os autores:

A condição militar se justifica pelas facilidades que o regime estatutário militar oferece e consegue enquadrar grandes efetivos, sujeitos a riscos de vidas, horas extraordinárias de trabalho, serviços isolados, propiciando imediatas e enérgicas medidas corretivas para os desvios de conduta.

[...]

Estados Unidos

Existe uma diversidade muito grande no sistema policial americano, podendo-se dividir em policiais locais, estaduais e federais. Em regra cidades maiores têm sua própria força policial, sobre o comando de um chefe de polícia, subordinado ao prefeito.

O elemento básico do sistema policial americano é a polícia municipal.

Nos distritos rurais e pequenos povoados, os xerifes constituem a polícia local, e normalmente são eleitos diretamente pelo povo, a cada dois anos, podendo permanecer no cargo indefinidamente. As obrigações oficiais dos xerifes variam nas diferentes partes do país, e alguns distritos, especialmente nos do leste, os mesmos limitam-se principalmente aos cuidados das penitenciárias, e em outros ainda dirigem forças policiais.

Argentina

O sistema policial Argentino é um processo de mais um século e meio de formação, possui características específicas que o distinguem dos principais regimes policiais do mundo por sua dogmática e técnica; criado com componentes culturais do país e dos princípios e realizações técnicas e orgânicas aperfeiçoadas ao longo do tempo.

As primeiras manifestações do sistema nasceram em meados de 1812, destacando-se que seu modelo não foi cópia e nem adaptação de regime estrangeiro, nem da influência de miscigenação cultural.

O nível técnico é destacado na dogmática, na criminalística, na didática e na carreira profissional. As polícias provinciais existem como resultado da forma federal de governo, se organizaram com pequenas variantes secundárias, tornando-se como modelo o da Polícia Federal Argentina, a que constitui um verdadeiro "Sistema Policial Argentino".

E os autores arrematam com o seguinte Quadro:

**QUADRO 8: POLÍCIAS MILITARIZADAS E DESMILITARIZADAS EM  
ALGUNS PAÍSES.**

<b>PAÍS</b>	<b>SISTEMA GOVERNO</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>CARÁTER</b>
Alemanha	República Parlamentarista	Policias Estaduais Polícia da Fronteira, Fluvial e de Navegação	Desmilitarizadas Desmilitarizadas
Bolívia	República Presidencialista	Polícia Nacional da Bolívia	Militarizada
Chile	República Presidencialista	Carabineiros	Militarizada
Dinamarca	Monarquia Constitucionalista	Polícia Nacional da Dinamarca	Militarizada
Espanha	Monarquia Constitucional Parlamentar	Corpo Nacional de Polícia Guarda Civil Polícia das Comunidades	Desmilitarizado Militarizada Desmilitarizada
França	República Parlamentarista	<i>Gendarmerie</i> Nacional Polícias Municipais	Militarizada Desmilitarizadas
Holanda	Monarquia Constitucional	Polícia Nacional Polícias Municipais	Militarizada Desmilitarizadas
Inglaterra	Monarquia Constitucional Parlamentar	<i>Scotland Yard</i> Policias Municipais	Desmilitarizadas Desmilitarizadas
Itália	República Parlamentar	Carabineiros Polícia do Estado Corpo de Guarda de Finança Polícia Municipal	Militarizada Desmilitarizadas Militarizada Desmilitarizadas
Japão	Império Dinástico Parlamentar	Comissão Nac.Seg.Pública Agência Nac.de Polícia Comissões Prefeitorais de Segurança Pública Polícia Prefeitorais	Desmilitarizadas Militarizada Desmilitarizadas Militarizada
Portugal	República Parlamentarista	Guarda Nacional Republicana Polícia de Segurança Pública	Militarizada Militarizada
Paraguai	República Parlamentarista	Polícia Nacional	Militarizada

FONTE: Natal (1999).



## 6.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CICLO DE PERSECUÇÃO CRIMINAL

### 6.11.1 O Ciclo de Persecução Criminal

O ciclo de persecução criminal possui várias fases e engloba algumas atividades, sendo as principais delas:

a) Fase do momento da quebra da Ordem Pública com a repressão imediata: Auto de Prisão em Flagrante Delito – Termo Circunstanciado – atuam a polícia de segurança (Polícia Militar) e a polícia judiciária (Polícia Federal e Polícia Civil);

b) Fase cartorial e investigativa: Auto de Prisão em Flagrante Delito – Inquérito Policial – Termo Circunstanciado – investigação policial – produção de provas – arrolamento de testemunhas – atuam a polícia judiciária e o Ministério Público;

c) Fase processual: inicia com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público – reinam os princípios do contraditório e da ampla defesa – a instrução do processo corre dentro das normas do Direito Processual Penal (funciona a tríade da justiça);

d) Fase da pena – é onde se efetiva a repressão mediante a aplicação de pena – a pena tem caráter punitivo, intimidatório e visa, também, a recuperação do apenado – é realizado pelo Poder Judiciário e pelo Sistema Prisional.

### 6.11.2 Qualificação Técnica dos Profissionais

Dentre os profissionais de nível superior que atuam no ciclo da persecução criminal, desconsiderando-se os advogados (bacharéis em Direito com registro na Ordem dos Advogados do Brasil), que são profissionais liberais, temos as seguintes autoridades públicas, em nível gerencial: oficiais policiais-militares, os quais frequentaram o Curso de Formação de Oficiais, equivalente a nível superior, e as demais são bacharéis em Direito: Delegados de polícia, Defensores públicos, Promotores de justiça e Juizes de direito.

Já no nível operacional, temos outros agentes públicos que atuam no ciclo de persecução criminal, cujo ingresso exige nível superior em qualquer área.

A Lei federal nº. 9.266, de 15 de março de 1996, em seu art. 2º, *caput*, dispõe: “Art. 2º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o 3º grau de escolaridade, sempre na segunda classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.”

Logo, para exercer qualquer dos cargos seguintes da Polícia Federal, exige-se o 3º grau de escolaridade:

- Perito Criminal Federal;
- Censor Federal;
- Escrivão de Polícia Federal;
- Agente de Polícia Federal e
- Papiloscopista Policial Federal.

De forma nada diferente, a Lei Complementar estadual nº. 89, de 25 de julho de 2001, alterou dispositivos da Lei Complementar estadual nº. 14, de 26 de maio de 1982 – Estatuto da Polícia Civil do PR, ficando o seu art. 38 com a seguinte redação:

“Art. 38 – O ingresso nas carreiras de Escrivão de polícia, Investigador de polícia, Datiloscopista e Identificador datiloscópico, somente dar-se-á com aprovação de escolaridade de terceiro grau ou equivalente.”

## 6.12 OS DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL E DA POLÍCIA CIVIL NO PARANÁ

Os requisitos para o ingresso nos quadros de Delegado de Polícia Federal e de Polícia Civil do Paraná são praticamente iguais. Para ambos exige-se a formação em Direito, não há um limite de idade e os candidatos submetem-se a exames intelectuais, de saúde, físicos e psicológicos.

O curso de formação possui a duração de 4 meses e 900 horas/aula para os Delegados de Polícia Civil do Paraná, e de 4,5 meses e aproximadamente 1.000 horas/aula para os Delegados de Polícia Federal. O Quadro 9 demonstra o efetivo dos Delegados de Polícia Civil do Paraná:

### QUADRO 9: EFETIVO DE DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ.

<b>DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ</b>	
<b>CLASSE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PRIMEIRA	40
SEGUNDA	82
TERCEIRA	117
QUARTA	132
QUINTA	-
TOTAL	371

FONTE: Escola Superior de Polícia Civil.

### 6.13 COMPARAÇÃO ENTRE A GRADE CURRICULAR DO CFO DE 1989 A 1991 COM A DO CFO 2005

Desde a criação do CFO, sua grade curricular sofreu dezenas de alterações, extinguindo ou criando disciplinas e efetuando alterações nas cargas horárias. Apenas para ilustrar, fizemos algumas comparações entre a grade curricular atual do CFO e a dos anos que o cursamos, ou seja, de 1989 a 1991.

No início da década de 90, na Escola de Formação de Oficiais, o currículo do CFO possuía, ainda, disciplinas militares por excelência, como Guerra Revolucionária e Operações de Defesa Interna e Territorial, esta última com 180 horas/aula.

Em meados daquela mesma década, sob influência da evolução cultural, as disciplinas supramencionadas deram lugar a outras e, hoje, temos disciplinas como: Direitos Humanos, Criminologia e Polícia Interativa e Comunitária, mais voltadas às nossas atividades de polícia.

As disciplinas jurídicas e a de Medicina Legal também receberam alterações nas grades curriculares estudadas, seja aumentando ou diminuindo sua carga horária. Para o exercício da função de polícia judiciária, comum ou militar, são necessários, além de fundamentos de Medicina Legal, sólidos conhecimentos de Direito Administrativo, Constitucional, Penal e Processual Penal.

No Quadro 10, podemos observar algumas alterações sofridas na grade curricular do CFO de 1991, comparando-a com a do CFO de 2005.

**QUADRO 10 – ALTERAÇÕES NA GRADE CURRICULAR DO CFO**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CFO 1991 Carga horária</b>	<b>CFO 2005 Carga horária</b>	<b>Redução ou aumento (%)</b>
Criminologia	-	40	-
Direito Administrativo	70	110	+ 57,1 %
Direito Ambiental	-	40	-
Direito Civil	60	50	- 16,7 %
Direito Constitucional	90	45	- 50 %
Direitos Humanos	-	30	-
Direito Penal e Legislação Especial	90	170	+ 88,9 %
Direito Penal Militar	30	60	+ 100 %
Direito Processual Penal	60	60	Igual
Direito Processual Penal Militar	60	60	Igual
Guerra Revolucionária	30	-	-
Operações de Defesa Interna e Territorial	180	-	-
Medicina Legal	45	40	- 11,1 %
Polícia Interativa e Comunitária	-	35	-

FONTE: Adaptado das grades curriculares do CFO/1991 e do CFO/2005.

Notamos que as disciplinas de Direito Civil, Direito Constitucional e Medicina Legal sofreram diminuição de carga horária, a qual foi bastante drástica em relação ao importantíssimo Direito Constitucional, reduzindo-a pela metade. Em contrapartida, as disciplinas de Direito Administrativo, Penal e Penal Militar sofreram substanciais acréscimos.

## 6.14 COMPARAÇÃO ENTRE A GRADE CURRICULAR DO CFO 2005 E DO CURSO DE DIREITO DA UFPR

O Curso de Formação de Oficiais possui a duração de três anos, realizado sob regime integral, com uma carga horária total de 4.010 horas/aula, em que o formando recebe uma gama de informações capaz de o tornar apto a desenvolver atividades próprias do oficial. Entre as matérias ministradas ao longo do curso estão: administração, ética, sociologia, técnicas de policiamento militar e disciplinas jurídicas, tais como: direito penal, administrativo, civil, processual, constitucional, militar, ambiental etc.

O objetivo da formação recebida na APMG é que o profissional tenha plenas condições de resolver as mais variadas situações encontradas no dia-a-dia das unidades operacionais e administrativas que compõe a Corporação. Dadas essas peculiaridades, além das disciplinas teóricas, os Alunos-oficiais têm várias disciplinas onde prevalecem as atividades práticas, tais como a Educação Física Militar, Defesa Pessoal, Armamento, Tiro Policial, Táticas para Confrontos Armados e algumas técnicas policiais, como as atinentes às abordagens a pessoas nas ruas, em veículos e em nos mais diversos tipos de edificações.

O curso de Direito destina-se a capacitar e permitir aos seus concludentes o exercício de várias funções, tais como: advogado, Delegado de polícia, Promotor de justiça, Juiz de direito etc. O curso de Direito da Universidade Federal do Paraná possui cinco anos de duração, apenas em meio período, com uma carga horária total de 3.360 horas/aula.

Procedeu-se esta tarefa sem a mínima pretensão de comparar os dois cursos, mas, tão somente, para verificarmos se a atual grade curricular do CFO oferece condições mínimas para que oficiais policiais-militares exerçam as funções de polícia judiciária comum, caso a Polícia Militar venha a executar o ciclo completo de polícia. Para tanto, nos ativemos às disciplinas mais correlatas às atividades de polícia de segurança e judiciária.

O Quadro 11 apresenta os resultados da comparação:

**QUADRO 11 – COMPARAÇÃO DA CARGA HORÁRIA ENTRE CFO-PMPR E DIREITO – UFPR**

Grade Curricular CFO-PMPR <i>versus</i> Direito-UFPR					
Disciplina			Carga horária		Percentual
			CFO	Direito	
Introdução ao Estudo do Direito			50	90	55%
Direito Constitucional			45	180	25%
Direito Penal e Legislação Especial			170	240	70,8%
Direito Processual Penal			60	210	28,6%
Direito Processual Penal Militar			60	0	-
Direito Administrativo			110	120	91,7%
Direito Ambiental			40	30	133,3%
Medicina Legal			40	90	44,4%
Direito Civil			50	360	13,9%
Carga horária total por curso					
Curso	Duração	Período	Carga horária		Diferença
CFO – PMPR	3 anos	Integral	4010 h/a		+ 19,3%
Direito - UFPR	5 anos	Meio	3360 h/a		- 19,3%

FONTE: Adaptado do Plano de Curso do CFO/2005 e do Conteúdo Programático da Faculdade de Direito da UFPR.

Verifica-se que a carga horária de Direito Processual Penal do CFO é exígua, quando comparada com a do curso de Direito. Percebe-se também que, uma das causas desta desproporção, é a existência da disciplina de Direito Processual Penal Militar, cadeira inexistente na UFPR e na esmagadora maioria dos cursos de Direito pelo país.

Caso os oficiais policiais-militares assumissem funções de polícia judiciária comum, ainda que o foco principal da disciplina de Direito Processual Penal no CFO seja a persecução criminal extrajudicial, para melhor exercerem estas novas atividades, haveria a necessidade de adequação da grade curricular.

## 6.15 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DO SUSP 2002, PEC Nº. 181/03 E PEC Nº. 21/05

Os estudiosos que escreveram o programa do governo federal para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, em 2002, sugeriram várias medidas para fazer frente ao problema de segurança pública que assola o país. Muitas das sugestões, a nosso ver, estão equivocadas, alheias à realidade que nós, policiais, participamos, mas não é este o momento oportuno para analisá-las.

Algumas sugestões têm sido colocadas em prática, tal como a Emenda Constitucional nº. 45, que retirou a competência dos oficiais das PPMM de participarem do julgamento dos policiais-militares que praticaram crime militar contra civis, ficando tal mister para o Juiz auditor decidir, singularmente. Outras já eram bandeiras da nossa Corporação e foram enfatizadas, como o policiamento comunitário e a criação e o relacionamento com os conselhos comunitários de segurança pública.

Entre as várias sugestões pertinentes ao nosso estudo, ressaltamos:

- a participação ativa do MP no estabelecimento das diretrizes gerais e específicas para a condução dos trabalhos investigativos da polícia e a sintonia entre os responsáveis pelas áreas integradas de segurança;

- no âmbito das polícias civis, a questão dos inquéritos policiais deve dar lugar a outros procedimentos capazes de dificultar o desvio investigatório e impedir o “esquecimento” de certos atos típicos; e

- a constituição de um sistema educacional único para todas as polícias e outros órgãos da segurança pública. Esse sistema deve ter como vértice uma Escola Superior de Segurança e Proteção Social, que terá cursos correspondentes nos estados, em convênios com as universidades de nosso país.

Todas estas modificações repercutiriam na formação de nossos oficiais policiais-militares e nas atividades por eles exercidas. Por exemplo, devido às peculiaridades de cada função, seria contraprodutiva uma formação única para: Soldados e Investigadores de polícia; Sargentos e Escrivães; Oficiais e Delegados de polícia. Apenas cursos de atualização e especialização podem ser implementados, tal como o de Gestão em Segurança Pública, em pleno funcionamento na APMG.

Os nossos senadores e deputados federais não estão alheios ao problema de segurança pública. Eles sabem que, fora os necessários investimentos nas áreas sociais, uma das mudanças que melhorariam o desempenho dos organismos policiais estaduais seria atribuir-lhes o ciclo completo de polícia. Isto fica nitidamente demonstrado nas redações das Propostas de Emenda Constitucional nº. 181/2003 e 21/2005.

Observemos primeiro as mudanças sugeridas através da PEC nº. 181/2003:

Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo à Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 1º - O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144

[...]

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por Delegados de polícia de carreira, compete, ressalvada a competência da União:

I - a polícia ostensiva;

II - a polícia judiciária;

III - a apuração de infrações penais, exceto as militares;

IV - a preservação da ordem pública.

§ 5º - às polícias militares, comandadas por oficial da ativa do último posto, compete:

I - a polícia ostensiva;

II - a polícia judiciária;

III - a apuração de infrações penais;

IV - a preservação da ordem pública.

[...]

§ 8º - Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e colaborar de maneira suplementar na segurança pública, na forma da Lei, e mediante convênio com o Estado.

Art. 2º - É incluído o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

Art. 90. Para o atendimento do previsto no art. 144, §§ 4º e 5º, os Entes Estatais disporão de seis anos, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.

A aprovação da PEC nº. 181/2003 seria extremamente benéfica às PPMM. Elas não só continuariam previstas constitucionalmente, como teriam um Coronel da ativa no comando, fariam o ciclo completo de polícia e preservariam a exclusividade do poder de polícia judiciária militar.

Já a Proposta de Emenda Constitucional nº. 21/2005, que se propõe a dar nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da CF deixam as PPMM mais vulneráveis, pois concede amplos poderes aos governadores dos Estados, os quais, *in tese*, só possuem um compromisso de quatro anos com a população (e principalmente com os militares estaduais) e terão sob sua égide organizações sesquicentenárias.



Outro de seu dispositivo, que nos é prejudicial, é aquele que deixa ao talante dos estados disporem sobre as aposentadorias e pensões dos policiais e prejudica sobremaneira as instituições militares quando impõe uma formação única para os policiais civis e militares. Isto impossibilita uma boa formação com culto a valores tão preciosos para nós, como a hierarquia, a disciplina e o sentimento do dever. Civis não possuem um exacerbado sentimento do cumprimento do dever, eles contentam-se com tentativas; nós, com resultados.

Como pontos positivos, ela também assegura o ciclo completo para as instituições policiais, estejam ou não unificadas, determina a criação de um fundo para a segurança pública, reservando um percentual da arrecadação de tributos (tal como já faz em relação à saúde e à educação). No caso de unificação das polícias estaduais, assegura a irredutibilidade de vencimentos, a situação funcional e hierárquica e a equivalência entre os cargos e os vencimentos das atuais polícias. Vejamos alguns de seus dispositivos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com ações desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal.

§ 1º [...]

§ 2º Os Estados organizarão e manterão a polícia estadual, de forma permanente e estruturada em carreira, unificada ou não, garantido o ciclo completo da atividade policial, com as atribuições de exercer as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, e elaborarão legislação orgânica que regulamente o disposto neste parágrafo, e a disciplina e hierarquia policiais.

§ 3º Lei complementar da União estabelecerá as normas gerais do estatuto e do código de ética e disciplina das polícias federal, estaduais e do Distrito Federal, observadas, em relação a seus integrantes de carreira:

I - a garantia de irredutibilidade de vencimentos, fixados na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

II - as seguintes vedações:

- participar de sociedade comercial, na forma da lei, e de empresa de segurança privada;
- exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério e uma de saúde;
- exercer atividade político-partidária, salvo as exceções previstas em lei;
- participar de associações sindicais e de movimentos grevistas.

§ 4º Os policiais estaduais terão a mesma formação profissional, que será desenvolvida em parceria com universidades e centros de pesquisa.

[...]

§ 9º A União e os Estados poderão celebrar convênios com vistas à atuação conjunta da polícia federal com as polícias estaduais, prevendo-se atribuição àquela de

competências destas, e vice-versa.

§ 13. Os Municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, sendo-lhes facultado, ainda, nos termos de lei estadual, mediante convênio com a polícia estadual, realizar, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil.

Art. 167 [...]

Art. 2º A formação dos policiais civis e militares será única e padronizada para ambas as categorias, e realizada de forma progressiva, pela integração dos currículos, observado o disposto no art. 144, § 4º, da Constituição.

Parágrafo único. Academias de polícia unificadas serão criadas nos Estados e no Distrito Federal dentro do prazo de três anos, a contar da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º A União, os Estados e o Distrito Federal terão o prazo de cinco anos para a implantação da nova estrutura dos órgãos de segurança pública, contados a partir da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 7º Às aposentadorias e pensões dos servidores policiais dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente federado.

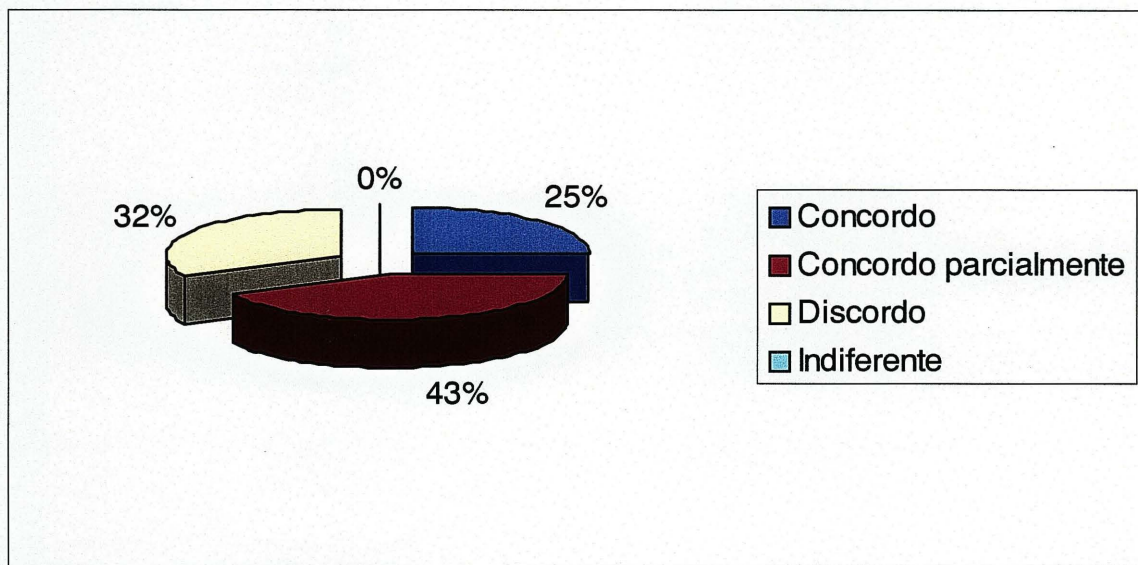
Ao analisarmos todo o texto da PEC nº. 21/2005 vemos que o governo federal e os parlamentares estão, de fato, muito inclinados a colocar em prática a grande maioria das sugestões apresentadas pelo programa do SUSP de 2002. Cabe a nós entrarmos nesta discussão e levar nossas propostas aos nossos representantes para tentarmos livrar nossa Corporação dos inúmeros pontos negativos desta PEC.

## 7 RESULTADOS DA CONSULTA A CAPITÃES SOBRE A EXIGÊNCIA DO CURSO DE DIREITO PARA O INGRESSO NA CORPORAÇÃO COMO OFICIAL QOPM

A fim de obtermos a opinião de oficiais que recentemente executavam as difíceis tarefas dos Tenentes, distribuímos questionários para Capitães QOPM e quarenta e dois deles responderam. Os resultados foram representados graficamente.

1) Oficiais policiais-militares com curso superior em qualquer área civil possuem maior capacidade para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela Corporação e estão mais propensos a observar os preceitos estabelecidos pelas normas, leis e regulamentos do que os que freqüentaram apenas o CFO?

GRÁFICO 2 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIPLOMA SUPERIOR E CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO.



FONTE: Pesquisa de campo.

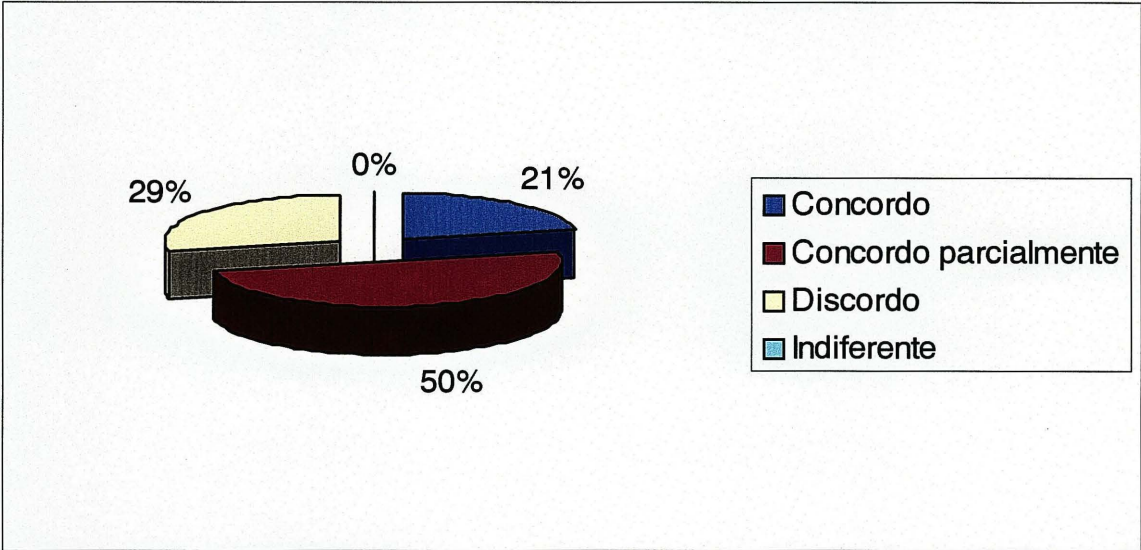
Qualquer curso superior aumenta o senso crítico das pessoas e amplia seus conhecimentos intelectuais e culturais. Disciplinas como Sociologia, Filosofia e outras levam o indivíduo à reflexão e auxiliam-no a controlar melhor suas emoções, sobretudo em situações de estresse.



Quase metade dos Capitães concorda parcialmente que qualquer curso superior auxilia no cumprimento das atividades policiais-militares.

2) Oficiais policiais-militares, com curso superior em Direito, possuem maior capacidade para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela Corporação e estão mais propensos a observar os preceitos estabelecidos pelas normas, leis e regulamentos do que os formados nas demais áreas civis?

GRÁFICO 3 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIPLOMA EM DIREITO E CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO.



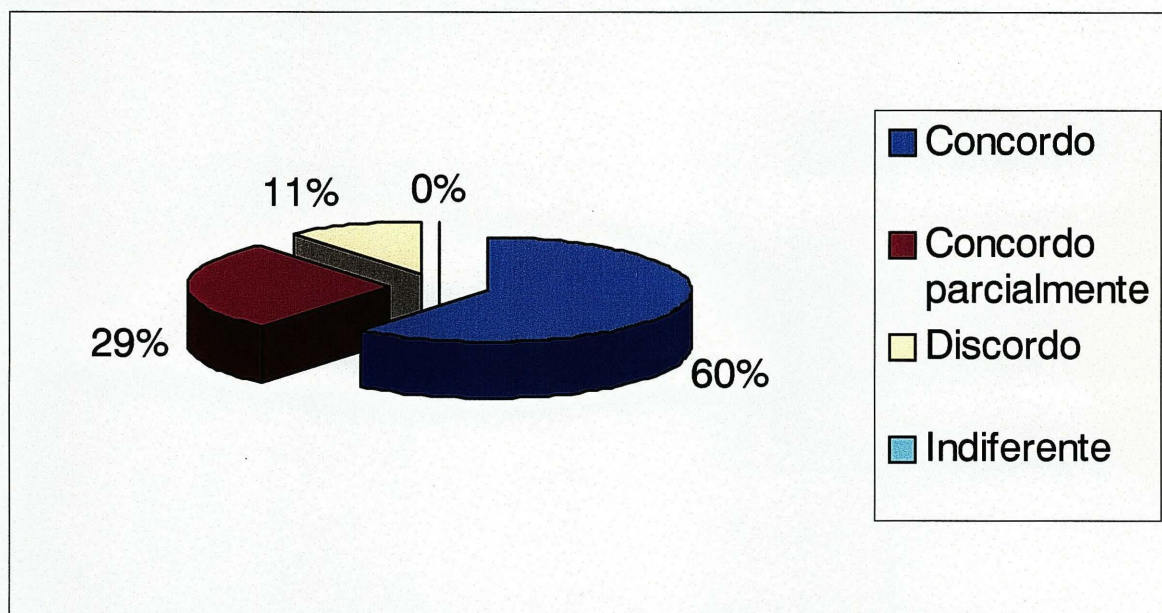
FONTE: Pesquisa de campo.

É inegável que o Curso de Direito está intimamente relacionado com as atividades policiais. O Curso de Direito facilita em muito o desempenho das funções policiais. Um quinto concordou e metade concordou parcialmente.

3) Considerando que o CFO já é reconhecido como curso de nível superior, uma apropriada grade curricular, aliada a instrutores de elevado nível, são suficientes para formar um oficial QOPM em condições de atender aos anseios da comunidade, no campo da segurança pública?



**GRÁFICO 4 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CFO E O ATENDIMENTO DOS ANSEIOS DA POPULAÇÃO.**



FONTE: Pesquisa de campo.

Mais da metade dos Capitães considerou que somente o Curso de Formação de Oficiais já fornece condições aos oficiais de polícia desempenhar suas funções de prover a segurança pública. Quase um terço dos entrevistados concordou parcialmente com esta capacidade dos oficiais. 11% discordaram da eficiência do atual CFO em preparar o profissional de segurança que a comunidade anseia.

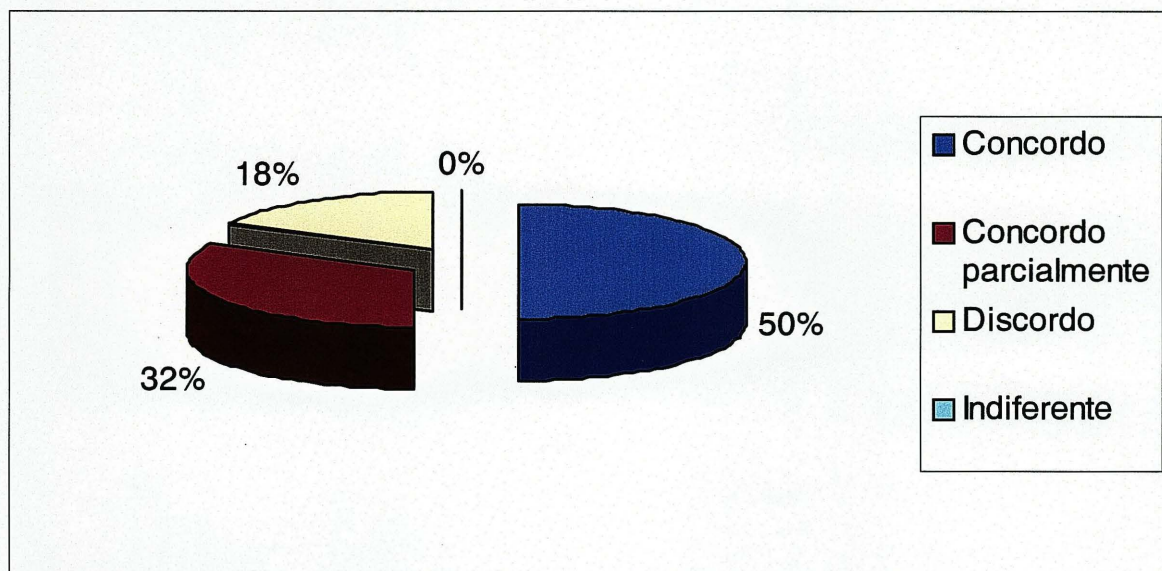
Evidente que, para não ocorrer solução de continuidade, são necessários constantes investimentos no corpo docente e na atualização da grade curricular.

Ficou evidenciado que tem sido bastante satisfatória a formação dos oficiais policiais-militares para exercer as funções de polícia de segurança. Preferimos não indagar, neste momento, se os entrevistados consideram que os tenentes que estão sendo formados estariam aptos a exercer as funções de polícia judiciária comum porque, realmente, este não é o foco da atual formação.

4) Caso fosse exigido o bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-oficial, haveria grande possibilidade de o Curso de Formação de Oficiais servir apenas como “trampolim”, aumentando a evasão da Corporação?



**GRÁFICO 5 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO E EVASÃO DA CORPORACÃO.**



FONTE: Pesquisa de campo.

Metade dos oficiais considera que aumentaria a possibilidade de bacharéis em Direito evadirem-se da Corporação, devido às outras alternativas de mercado de trabalho que o curso de Direito oferece. Praticamente um terço concorda parcialmente com esta possibilidade e 18% discordam.

O fator salarial também deve ser sopesado. Temos perdido bons profissionais, principalmente para outros cargos públicos e isso deve motivar o Alto-Comando a assessorar o Governador de Estado da necessidade de uma remuneração compatível para os oficiais de polícia. Por outro lado, a possibilidade de evasão da Corporação não pode incentivar uma insensata política de procurar estabelecer óbices para os oficiais obterem graduação nas áreas civis. Esta maior possibilidade de evasão mereceria, sim, redobrada atenção por parte da PM/1, no momento de assessorar o Comandante-Geral a definir o número de vagas a serem disputadas em concurso público.

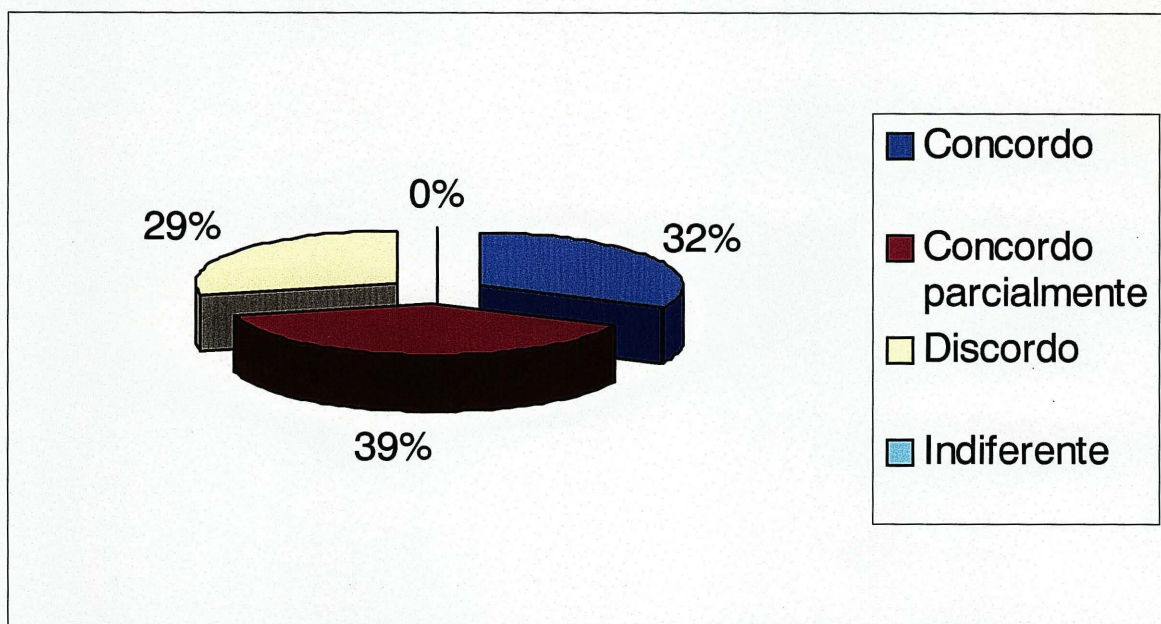
Os grandes centros urbanos possuem várias instituições de ensino superior que ministram o Curso de Direito. Atrelado a isto, temos que a fiscalização exercida pelo Ministério da Educação sobre os estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio está bem mais rigorosa e que o número de vagas abertas anualmente é reduzido, por conseguinte, acreditamos que não teríamos dificuldades para selecionarmos bons



candidatos para o CFO. Em São Paulo, por exemplo, há isonomia salarial entre os Oficiais de Polícia Militar e os Delegados de Polícia Civil e ambos os concursos para ingresso são extremamente concorridos.

5) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-oficial PM funcionaria como um fator de *marketing* para a Corporação e aumentaria o *status* dos oficiais policiais-militares?

GRÁFICO 6 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO, O *MARKETING* E O *STATUS* PARA A CORPORACÃO.



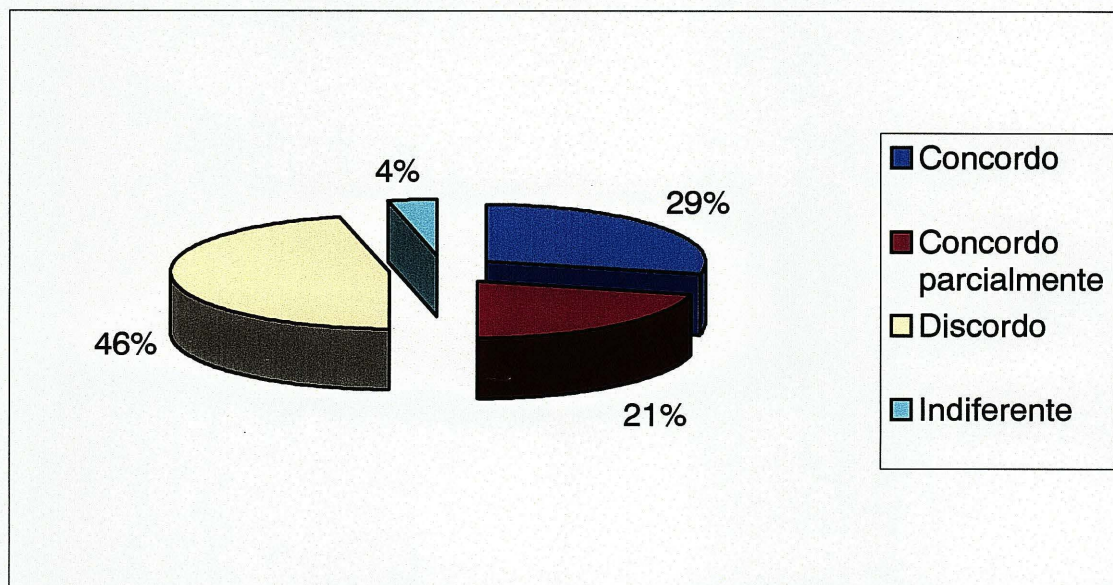
FONTE: Pesquisa de campo.

Com pouca folga, a maioria dos Capitães acredita que a exigência do curso superior em Direito funcionaria como um fator de *marketing* para a Corporação. Este não pode ser considerado, portanto, um argumento de peso

6) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-oficial PM diminuiria a atual operacionalidade (ímpeto de atuar na linha de frente) dos oficiais policiais-militares?



**GRÁFICO 7 – RELAÇÃO INVERSA ENTRE CURSO SUPERIOR EM DIREITO E A OPERACIONALIDADE DA OFICIALIDADE**



FONTE: Pesquisa de campo.

Praticamente metade dos Capitães opinou que a formação em Direito não prejudicaria a operacionalidade dos oficiais e apenas 4% considerou indiferente à situação. Merece destaque, entretanto, que 29% dos entrevistados concordam com a perda da operacionalidade e 21% concordam parcialmente, o que representa exatamente a metade das opiniões.

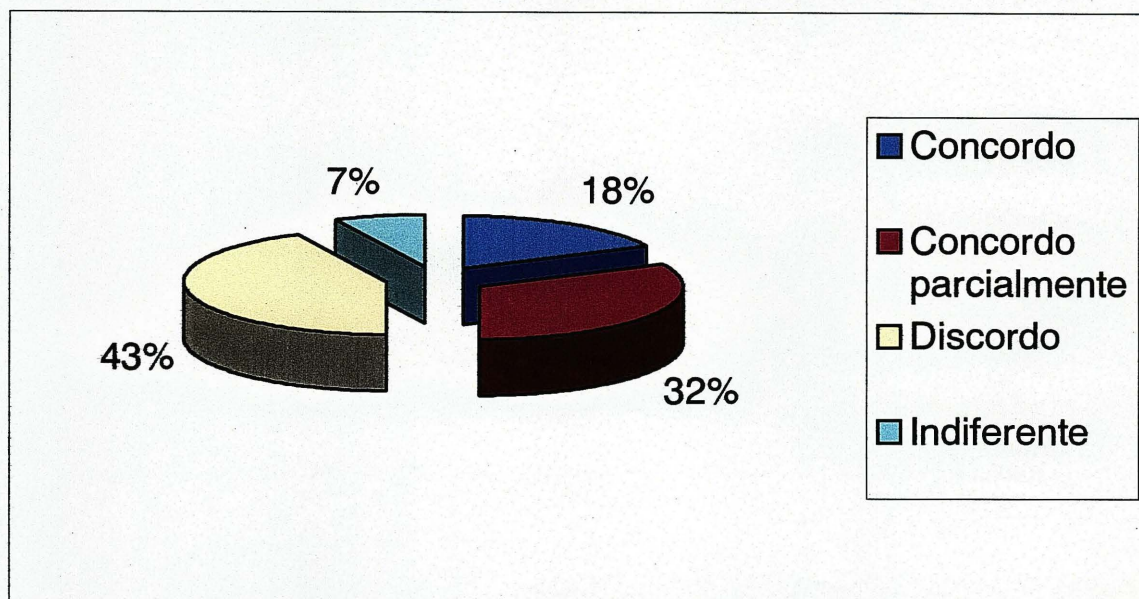
No presente estudo, pesquisamos o modelo adotado pela Brigada Militar e o modelo goiano, neste último, findo o CFO, o Aluno-oficial é promovido a Segundo-tenente. Um estudo mais aprofundado poderia identificar se a hipotética perda da operacionalidade dos oficiais gaúchos estaria mais relacionada ao fato de que o Aluno-oficial é promovido diretamente a Capitão do que por ser bacharel em Direito.

Embora exista a subcultura policial de que a alta operacionalidade de um policial está diretamente relacionada ao grande número de violação dos direitos humanos que pratica, este fator não pode ter influenciado a opinião dos entrevistados, visto tratar-se de Capitães de Polícia, com mais de dezessete anos de serviço prestados. Esta subcultura está arraigada nas menores graduações entre indivíduos com pouco tempo de serviço.



7) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-oficial PM ocasionaria uma melhoria no tratamento do público pelos oficiais PM?

**GRÁFICO 8 – OPINIÃO DOS CAPITÃES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EXIGÊNCIA DO CURSO DE DIREITO E A MELHORIA NO TRATAMENTO DO PÚBLICO PELA OFICIALIDADE**



**FONTE:** Pesquisa de campo.

Menos de um quinto dos entrevistados concordam que haveria melhoria no tratamento dispensado aos nossos clientes – o público em geral. Quase a metade dos Capitães discorda dessa melhoria e um terço concorda parcialmente. Apenas 7% consideram indiferente a influência.

A formação jurídica não garante um melhor tratamento do público do que outras formações. Provavelmente profissionais graduados em Sociologia, Psicologia, Serviço Social e até mesmo da área de saúde dispensariam ao público um tratamento mais refinado do que a maioria dos oriundos das demais ciências. São extremamente raros os policiais que possuem uma destas formações e trabalham operacionalmente, estando a Polícia Militar bastante carente deles. Como nossa missão precípua é a prestação de serviços de segurança pública, necessário se faz investirmos em nossos policiais-militares, para que melhorarem o tratamento de nossos clientes.

## 8 CONCLUSÕES

Num instante em que a maior arma passou a ser a informação, a antiga figura do policial embrutecido apoiado apenas na força das armas e da autoridade, cede gradativamente lugar à do policial elitizado, intelectual e culturalmente mais bem preparado. Tudo isto visando enfrentar a sofisticação que caracteriza o crime organizado e os meios tecnológicos empregados por estas facções e pelas forças policiais. A sofisticação do aparato técnico-policial e a grande complexidade das legislações tornam imprescindível para o Estado contar com recursos humanos mais qualificados.

A finalidade do presente estudo era perscrutar a atual necessidade da formação em Direito para ser oficial QOPM da PMPR. Não tratamos dos oficiais bombeiros-militares, dos oficiais administrativos, dos pertencentes aos quadros de saúde e capelania.

Nossa situação atual é confortável. Bastaria continuarmos investindo em nosso CFO, adequando sua grade curricular e selecionando melhor nosso instrutor para mantermos o nível dos bons serviços prestados. O cenário atual, entretanto, está nos mostrando que temos que sair da zona do conforto e buscar capacitar melhor nossos oficiais, com vistas a projetar ainda mais a gloriosa PMPR.

Iniciamos tratando da influência do Exército Brasileiro nas polícias militares, e verificamos que as PPMM e as FFAA originaram-se de uma única Força.

Em 1936, o governo federal determinou que as PPMM adotassem a mesma estrutura do Exército Brasileiro, o que perdurou por todo o período do regime militar. A partir de 1988, com a nova ordem constitucional, as polícias militares foram se distanciando do EB e assumindo sua identidade própria, pois, destina-se ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública, missão bem distinta das realizadas pelas Forças Armadas.

Herdamos dos militares do EB o precioso culto a valores como a disciplina, a hierarquia e o sentimento do cumprimento do dever. Herdamos também a formação de nossos oficiais QOPM.

A estratégia das FFAA é angariar pessoas muito jovens para ingressar em suas fileiras, e "moldar" esta pessoa em longos cursos de formação, em tempo integral e com dedicação exclusiva. O resultado é um oficial disposto a matar ou morrer para cumprir sua "missão".

O Colégio Naval já recruta adolescentes com ensino fundamental ou concluindo, com no máximo quatorze anos de idade. As escolas preparatórias de cadetes do exército (EsPCEEx), da aeronáutica (EPCAr) e a Escola Naval, admitem adolescentes com no máximo dezessete anos, com ensino médio concluído ou em fase de conclusão. Estes adolescentes têm vaga garantida para ingressarem como cadetes nas Forças Armadas.

As academias de formação de oficiais do Exército Brasileiro (AMAN), da Aeronáutica (AFA) e da Marinha (Escola Naval), exigem o nível de escolaridade médio e a idade limite de 21 anos.

A PMPR não difere muito das FFAA. Temos em nossa estrutura de ensino o Colégio da Polícia Militar, que disponibiliza o ensino regular fundamental da 5ª à 8ª série e o ensino médio. Por decreto, anualmente, são destinados no mínimo 20% das vagas previstas para o CFO aos Alunos do CPM que obtiverem as melhores médias, considerados os três anos do ensino médio.

O Curso de Formação de Oficiais foi reconhecido como equivalente a nível superior em 1982, pelo Conselho Federal de Educação. O curso é realizado nas instalações da Academia Policial Militar do Guatupê e os Alunos-oficiais têm aulas com instrutores militares e professores civis, com predominância dos primeiros. Para ser Aluno-oficial, entre outros requisitos, exige-se o nível de escolaridade médio, a idade máxima de 25 anos e possuir perfil profissiográfico aferido em rigorosos exames psicológicos.

Tal como nas FFAA, o nosso jovem Aluno-oficial é submetido a um curso de longa duração (três anos) em tempo integral e com dedicação exclusiva. O resultado é um oficial disposto a matar ou arriscar sua vida para salvar as vítimas de criminosos, ou expostas a perigos oriundos de caso fortuito ou força maior.

Quanto à estratégia utilizado pelas FFAA e por nós, na formação dos oficiais, concluimos que os resultados atuais são ótimos. Por todos estes anos temos formado

eficientes oficiais de polícia. Bastaria procurarmos, constantemente, atualizar a grade curricular do CFO e investir no corpo docente, aumentando a sua titulação, para termos profissionais em condições de atender aos anseios da sociedade.

Procedemos a um minucioso estudo sobre os oficiais de polícia, com uma ênfase maior voltada para as atividades exercidas pelos Tenentes. Eles representam mais da metade dos oficiais e são, deste grupo, os que estão em maior contato com a população nos momentos de angústia, vez que executam a coordenação e a fiscalização do policiamento ostensivo nas unidades.

Justifica-se também nosso foco nos Tenentes porque pretendíamos pesquisar se a formação em Direito se faz necessária aos oficiais quando eles iniciam suas atividades operacionais, logo após a conclusão do CFO, visto que 20 % dos oficiais graduam-se em Direito, posteriormente.

A análise sistemática do que foi estudado nos direcionou ao entendimento que a formação em Direito facilitaria a execução das atuais tarefas atribuídas aos Tenentes policiais-militares.

Pesquisamos os requisitos para ingresso e a formação dos oficiais de polícia nos demais Estados brasileiros e em vários países do mundo. Hodiernamente, apenas três Estados exigem nível superior para o ingresso como Aluno-oficial PM: Acre, Goiás e Rio Grande do Sul.

O Acre formava seus oficiais de polícia nas academias de outros Estados, mas, neste ano, inaugurou o seu próprio CFO. Exigiu dos candidatos o nível superior em qualquer área e o curso de formação terá a duração de dois anos. Desconhecemos a grade curricular do curso, mas, como não exigem formação em Direito e as disciplinas jurídicas serão necessárias, terão que adotar planos de matérias bem específicos às atividades PM e contar com um excelente corpo docente para terem uma boa formação de seus oficiais.

Goiás já exigiu a formação em Direito, ou estar cursando, em 1991. Os Alunos-oficiais freqüentavam o CFO no período matutino e, à noite, o curso de Direito. No ano seguinte, sem qualquer explicação oficial, a exigência deixou de existir. Para o CFO deste ano, o requisito voltou. Na alteração estatutária procedida no ano passado, entre outros requisitos, consta a formação em Direito e a idade limite de

32 anos. Explicitaram também na lei que, após a conclusão do CFO, o Aluno-oficial galga para o posto de 2º Tenente.

No Rio Grande do Sul, a exigência do curso não é mais novidade, pois ela foi instituída em 1997. A exigência da formação específica foi um simples detalhe, perto das outras mudanças ocorridas no estatuto brigadiano.

O CFO da Brigada Militar passou a se chamar Curso Superior de Polícia Militar, e os Alunos-oficiais, após a conclusão, são promovidos diretamente a Capitão. A idade limite estabelecida no edital do atual concurso é de 29 anos na data de encerramento das inscrições. Foi extinto o Curso de Oficiais de Administração, destinados a Subtenentes e 1º Sargentos e as praças podem galgar até o posto de 1º Tenente diretamente (foi extinto o posto de 2º Tenente). A celeuma instalada foi que os 1º Tenentes oriundos da tropa é que se tornaram os responsáveis pela coordenação e fiscalização do policiamento ostensivo. Não se duvida da experiência destes Tenentes, mas, sempre existirão os que defendem não ser conveniente que alguém que até pouco tempo freqüentava o círculo dos Subtenentes e Sargento passe a fiscalizá-los. Ademais, quebrou-se a tradição dos jovens Tenentes recém-formados fazerem o serviço de fiscalização do policiamento, utilizando de toda sua vitalidade e "oxigenando" os batalhões.

Nessa monografia, estudamos preliminarmente as iniciativas de três Estados brasileiros, que estão buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados por suas polícias militares. Servem essas experiências de subsídios para o Alto-Comando da PMPR para que, caso considere relevante, determine o aprofundamento nos estudos para a implantação de um dos modelos ou outro diverso. Os elementos estudados levaram a crer que, dentre os três modelos, o mais atraente é o goiano.

Quanto aos estudos que procedemos sobre a formação de oficiais do mundo, vimos que ela pode seguir um dos seguintes modelos: o americano e o utilizado pelo Chile e alguns países da Europa (Espanha, Inglaterra, França e Portugal), sendo constatado também que, em todas as polícias pesquisadas, as exigências para ingresso, tais como, nível de escolaridade, idade e demais exames se equivalem aos nossos.

No modelo americano, um policial é recrutado, passa por um período curto de formação e vai para o serviço de rua. Chegando à graduação de Sargento, ele poderá



vir a ser promovido a um executivo policial. Temos a vantagem de contarmos com um oficial experiente, mas, em contrapartida, devido aos seus curtos períodos de formação, não podemos esperar mudanças de comportamento, tanto quando ele entra na polícia, como quando passa do nível operacional para o gerencial. Em ambas as situações operam-se grandes mudanças de realidade. Passar de cidadão a policial envolve uma série de aspectos comportamentais. Outra delicada situação é a de passar a fiscalizar aqueles que até a pouco eram seus pares.

O modelo europeu e chileno assemelha-se ao nosso - ocorre um longo período de formação e o policial é graduado diretamente como oficial. Temos a vantagem de obter uma mudança comportamental no jovem. Por outro lado, teremos um oficial recém-formado inexperiente, convivendo com subordinados detentores de vasta bagagem profissional. A exigência da formação em Direito não mudaria esta realidade. Talvez por este motivo seja que os mentores das mudanças no estatuto da Brigada Militar resolveram poupar os recém-formados Capitães do contato direto com a tropa, na fiscalização do policiamento ostensivo.

Pesquisamos também todo o ciclo de persecução criminal, verificando as atribuições constitucionais das polícias militares e civis e as atividades que efetivamente desempenham, como polícia de segurança e polícia judiciária. Constatamos que o ideal seria realizarmos o ciclo completo de polícia, como fazem as polícias do mundo inteiro.

Vimos que, para exercer as funções de polícia de segurança, não se exige uma qualificação específica, já para exercer a polícia judiciária, a doutrina estabelece que, quando o Código de Processo Penal se refere à autoridade policial, deve-se entender o Delegado de polícia. No Paraná, em 2001, alterou-se o Estatuto da Polícia Civil e extinguiu-se a figura do Assistente de Segurança, o qual exercia as funções de Delegado, agora, só temos Delegado de carreira, bacharel em Direito.

Os Sargentos gestores administrativos, que desempenham as funções de Escrivão de polícia em municípios onde não existe nenhum servidor policial civil, prestam contas de seus atos para um Delegado de polícia de um município vizinho.

Além dos Delegados de polícia, outras autoridades que atuam conosco no ciclo completo de polícia são bacharéis em Direito, como os Promotores de justiça e

Juízes de direito. Nesse ponto, a exigência do curso de Direito nos deixaria em igualdade com estas autoridades, pois teríamos compartilhado os mesmos bancos escolares, sendo este fato também benéfico a nós, do ponto de vista salarial.

Excluídos os Delegados de Polícia Federal e Civil do Paraná, para os quais o requisito de escolaridade exigido é a formação superior em Direito, todos os demais cargos de carreira destas instituições exigem o nível superior em qualquer área para ingresso: Peritos criminais federais e estaduais; Censores federais; Escrivães federais e estaduais; Agentes federais e Investigadores de polícia estaduais; Papiloscopistas federais; Datiloscopista e Identificador datiloscópico estaduais. Sem menosprezar os demais cursos superiores, mas, notamos que o curso de Direito, por estar mais relacionado com as atividades policiais e da justiça, é o diferencial que separa os Delegados de polícia dos demais cargos policiais.

A escolaridade é, sem dúvida, em nossa sociedade, um dos fatores mais valorizados e tem sido exigida como requisito de ocupações que, embora de grande responsabilidade, são consideradas simples, como é o caso do Censor federal e do Datiloscopista e Identificador datiloscópico estaduais.

Fizemos ainda uma breve comparação entre a grade curricular do CFO e do Curso de Direito da UFPR e vimos que, apesar do CFO se realizar em três anos, devido ser em tempo integral, sua carga horária de 4.010 h/a supera a do curso da UFPR, que é realizado em cinco anos e conta com 3.360 h/a.

Concluimos que a grade curricular do CFO é suficiente para habilitar os oficiais a exercerem as funções de polícia de segurança, outrossim, necessitaria de adequações para possibilitar bem exercer as atividades de polícia judiciária comum, caso a Lei conceda este poder aos oficiais de polícia que não são bacharéis em Direito.

Analizamos também o estudo promovido em 2002, a pedido do governo federal que, sugeriu a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, a Proposta de Emenda Constitucional nº. 181/2003 e a PEC nº. 21/2005.

Vimos que estamos caminhando a passos largos para realizarmos o ciclo completo de polícia. Temos que estar aptos, portanto, a exercer as funções de polícia judiciária comum. Ocorre que apenas 20 % dos oficiais da PMPR possuem o Curso de Direito, isto é, dos 742 oficiais, apenas 151 têm o curso e isto contando com os oficiais

superiores. A Polícia Civil conta com 371 Delegados de polícia, logo, caso não seja superada a exigência do bacharelado em Direito para o exercício da polícia judiciária comum, poderemos ter sérias dificuldades.

Entre os vários aspectos negativos para nós, que consta no texto da PEC nº. 21/05, é a exigência da formação única para as polícias estaduais. Afora os demais desdobramentos que esta obrigação acarreta, que são prejudiciais aos nossos valores deontológicos, pertinente ao nosso estudo, deduzimos que os Oficiais e Delegados, para terem uma formação única, terão que estar no mesmo nível, ou seja, ambos terão que ser bacharéis em Direito, senão os Delegados de polícia teriam que rever uma imensa carga horária de disciplinas jurídicas. Essa exigência de formação única derruba a possibilidade de apenas continuarmos com o nosso CFO e incentivarmos os oficiais a fazerem posteriormente o curso de Direito.

Para alcançar seus objetivos, o ser humano se obriga a competir diariamente com outros, vencendo aquele que tem um diferencial em relação aos demais. O crescimento do número de instituições de ensino superior no Brasil reflete também a procura dos jovens em obter qualificação, visando prestar concursos públicos.

Evidenciou-se que a exigência da formação em Direito para o ingresso como Oficial na Polícia Militar do Paraná aumentaria a possibilidade de evasão da Corporação. Esta variável exige redobrada atenção por parte da PM/1, no momento de assessorar o Comandante-Geral a definir o número de vagas a serem disputadas em concurso público, principalmente se os vencimentos oferecidos à época não forem compensadores.

Não podemos nos esquecer que o fator salarial também deve ser sopesado. Temos perdido bons profissionais, principalmente para outros cargos públicos e isso deve motivar o Alto-Comando a assessorar o Governador de Estado da necessidade de uma remuneração compatível para os oficiais de polícia. Por outro lado, a possibilidade de evasão da Corporação não pode incentivar uma insensata política de procurar estabelecer óbices para os oficiais obterem graduação nas áreas civis.

Os grandes centros urbanos possuem várias instituições de ensino superior que ministram o Curso de Direito. Atrelado a isto, temos que a fiscalização exercida pelo Ministério da Educação sobre os estabelecimentos de ensino superior e de ensino



médio está bem mais rigorosa e que o número de vagas abertas anualmente é reduzido, por conseguinte, acreditamos que não teríamos dificuldades para selecionarmos bons candidatos para o CFO. Em São Paulo, por exemplo, há isonomia salarial entre os Oficiais de Polícia Militar e os Delegados de Polícia Civil e ambos os concursos para ingresso são extremamente concorridos.

Em suma, concluímos que o título de bacharel em Direito (o qual esperamos que tenha sido conquistado numa instituição séria e que o Ministério da Educação continue cassando licenças de faculdades de presença quinzenal) é necessário para um tenente de polícia, antes de ele assumir o seu primeiro serviço como Oficial Coordenador do Policiamento da Unidade. Um Oficial CPU toma decisões tão sérias, e em frações de segundos ou minutos, que podem trazer conseqüências irreparáveis, importando, inclusive, na vida ou liberdade de pessoas.

Com a exigência do curso de graduação em Direito, teremos um profissional com uma melhor bagagem cultural, e até mesmo profissional, caso ele já tenha trabalhado em uma outra atividade. Seu modo de agir com as pessoas (vítimas ou delinqüentes), sua forma de lidar em situações de estresse, bem como, a maneira de se comportar perante as situações em que se exija um melhor controle emocional, será bem diferente daquele profissional que não possui um conhecimento especializado.

Realmente lamentamos que a LPO incentive tão pouco a formação universitária civil; se os incentivos fossem maiores, hoje teríamos mais oficiais bacharéis em Direito e em outras áreas, e esse estudo nem precisaria ter sido realizado. Conforme demonstra o Quadro nº 7 dessa monografia (p. 32), contando-se com os Oficiais Superiores, que já estão no nível estratégico, apenas 20% dos Oficiais são bacharéis em Direito e 45% do total de oficiais ainda não possuem curso superior civil.

A Corporação carece de profissionais especializados em diversas áreas civis; necessitamos de: administradores, psicólogos, sociólogos, contadores, assistentes sociais, formados em letras (português, inglês e outros idiomas), educação física, tecnologia da informação etc., mas, também, está muito carente de Oficiais bacharéis em Direito, para trabalharem operacionalmente com mais segurança e em condições de bem exercer as funções de polícia judiciária, inclusive comum. Considerando-se apenas os Capitães e Tenentes QOPM, os quais totalizam 629 Oficiais, apenas 94

(15%) deles possuem o curso de Direito, ou seja, se hoje a PEC 21/05 fosse aprovada, e o Governador de Estado nos concedesse o importantíssimo ciclo completo de polícia, nossa estrutura de polícia judiciária comum seria extremamente fraca.

Salientamos finalmente que, como demonstra o próprio título dessa monografia, este é apenas um estudo preliminar, que foi feito simultaneamente ao transcorrer do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Faz-se realmente necessário que outro estudo seja realizado de forma mais aprofundada, envolvendo Oficiais Superiores da Corporação, pois se trata de um assunto estratégico, que importaria em várias mudanças para a PM. O estabelecimento do pesquisado requisito, a idade limite e os exames a que os candidatos a Alunos-oficiais teriam que ser inseridos na nossa Lei específica, a Lei estadual nº. 1.943/54.

## 9 SUGESTÕES

a) Para termos um quadro de docentes cada vez mais capacitados, sugerimos que, aproveitando a grande titulação dos professores da UFPR, poderíamos passar algumas ou várias das disciplinas jurídicas de direito comum para serem ministradas na Universidade, bem como, seja incentivada a titulação a todos os policiais-militares, os quais podem assumir funções de instrutores ou monitores. Para este mister, sugerimos que se busque promover alterações na Lei de Promoção de Oficiais e na Lei de Promoção de Praças, alterando a sistemática da concessão de pontos positivos para fins de promoção pelo critério de merecimento, concedendo-se pontuação positiva cumulativa, conforme o nível do curso freqüentado. Por exemplo, alterar a Lei de Promoção de Oficiais, atribuindo valores positivos para o curso de maior duração freqüentado pelos policiais-militares nos seguintes níveis: graduação – 0,002 por hora/aula (ou até mesmo 0,003!); para especialização – 0,003 por h/a; para mestrado – 0,005 por h/a; para doutorado 0,007 por h/a etc.

b) Aproveitando a análise da grade curricular do CFO que procedemos, sugerimos a criação da disciplina de Direito Processual Civil. O plano de matéria dessa disciplina necessita estar voltado à nossa área de polícia de segurança e auxílio à judiciária, fornecendo aos oficiais conhecimentos sobre o respaldo legal de suas ações. Rotineiramente provemos a segurança de Oficiais de justiça no cumprimento de mandados de: reintegração de posse, imissão na propriedade, seqüestro e arresto de bens, prisão pelo inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia etc. Evidente que não existe a necessidade da disciplina de Direito Processual Civil do CFO ter carga horária igual a um curso de Direito (270 h/a, no caso da UFPR).

c) Caso em Lei fosse permitido aos oficiais policiais-militares assumirem as funções de polícia judiciária comum, sem a necessidade de serem bacharéis em Direito, para bem exercerem estas novas atividades, haveria a necessidade de adequação da grade curricular, majorando-se a carga horária das disciplinas jurídicas existentes e implementando outras. Seria bem-vinda, também, a realização de cursos de polícia judiciária comum para os oficiais que já concluíram o CFO e que não são bacharéis em Direito, ou que concluíram seus cursos há muitos anos. A maioria dos

oficiais policiais-militares certamente não lavrou autos de prisão em flagrante delito e presidiu menos de vinte inquéritos em suas carreiras, inquéritos estes restritos a pouquíssimos tipos penais militares.

d) Sugerimos que esforços sejam envidados no sentido de ser encaminhada e aprovada a Lei de Ensino da PMPR, revogando o defasado RCFA, de 1961, atualizando nossa legislação às modernas exigências.

e) Diante das situações que estudamos dos problemas relacionados com a inexperiência prática dos nossos Aspirantes-a-oficial, faz-se necessário que o Comando-Geral elabore diretrizes de estágio que os amparem melhor, neste difícil início de suas carreiras. Os neófitos devem acompanhar os oficiais mais antigos no serviço (podendo inclusive servir-lhes de motoristas, face nossos recursos humanos serem sempre insuficientes, diante da demanda) e não serem soltos à própria sorte, aprendendo pelos erros e acertos, pois a imagem da PMPR e a sociedade arcam com as conseqüências desta equivocada prática. Outra falha da Corporação é não ministrar instruções utilizando as experiências negativas para evitar outros erros, vindo estes a se repetir.

f) Como explicitamos nas conclusões, os elementos estudados nessa monografia levaram-nos a crer que, entre as PPMs do Brasil, o modelo mais atraente de exigência de nível superior para ingresso como Oficial QOPM na Corporação é o goiano; qual seja, exigem curso superior de Direito e o formado ingressa no QOPM como Tenente. Assim, caso o Alto-Comando resolva adotar este modelo, aproveitaríamos a oportunidade para fundir os cargos de 2º. Tenente e 1º. Tenente, passando simplesmente a ser Tenente. Em paralelo, imediatamente, já deveríamos buscar a aprovação de uma Lei consagrando a isonomia salarial entre os Oficiais de polícia com os Delegados de polícia civil: Coronéis e Delegados de polícia de 1ª. classe; Tenentes-coronel e Delegados de polícia de 2ª. classe, Majores e Delegados de polícia de 3ª. classe; Capitães e Delegados de polícia de 4ª. classe; Tenentes e Delegados de polícia de 5ª. Classe.

Exigindo-se a formação em Direito, o CFO passaria a ter dois anos de duração (seria desnecessário permanecer equivalente a nível superior) porque sofreria uma grande redução de carga horária, em virtude de os Alunos-oficiais já dominarem as

disciplinas jurídicas. Isto importaria, também, na redução de custos para o Estado com a formação. Quanto à idade limite para o ingresso, Goiás fixou legalmente em 32 e o Rio Grande do Sul, no Edital do concurso para o CFO do ano que vem, em 29, assim, poderíamos estudar a alternativa de fixá-la em 30, tal como o máximo exigido para o ingresso como Soldado.

g) Por último, reforçamos que, embora haja a necessidade da PMPR submeter o presente trabalho a uma discussão em nível estratégico, urge a necessidade deste estudo. De imediato, o Comando-Geral pode tomar algumas iniciativas para aumentar o número de bacharéis em Direito e em outras áreas, já elaborando a minuta da alteração legal da LPO, tal como apresentado no item “a” deste capítulo e estabelecendo outros incentivos aos Oficiais que se encontram no nível tático. Por exemplo, divulgar que todo Tenente acadêmico em Direito, deve estudar no período matutino (horário de baixo índice de ocorrências), e lhe será assegurado que, nos dias com previsão de aulas, estará liberado, das 07h00min às 13h30min, de qualquer atividade administrativa ou operacional, sendo vedado, também, que o universitário seja submetido a uma escala que lhe inviabilize o estudo, como 12 X 36, das 19h00min às 07h00min.

Outra iniciativa, que já ocorre, deve ser mantida e, se possível ampliada, são os convênios com as universidades privadas, havendo a concessão de descontos no valor das mensalidades escolares.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competência na Constituição de 1988**. São Paulo: 1991.
- ASSIS, Jorge César de. **Lições de Direito para a atividade policial-militar**. 2ª.ed. Curitiba: Juruá, 1991.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. 1994.
- COMPANHOLE, Adriano; COMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas. 3.ed. 1978.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Polícia Militar e Poder de Polícia no Direito Brasileiro**. In: **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense. 3.ed. 1998.
- DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros. 16.ed. 1999.
- DOS SANTOS, I.; RODRIGUES, J. L.; WAKO, N. N.; CARVALHO, D. A.; EFFGEN, T.; ARANTES, C. R. **Perfil do policial-militar para o terceiro milênio - a formação do oficial QOPM**. São José dos Pinhais, 2000. Monografia (Especialização - Curso Superior de Polícia, Polícia Militar do Estado do Paraná). Academia Policial Militar do Guatupê.
- KAHN, Túlio. **Velha e a Nova Polícia. Polícia e Política de Segurança Pública no Brasil Atual**. São Paulo: Sicurezza. 1.ed. 2002.
- KRUTLI G. K et alli. **Direito disciplinar face a nova Polícia Militar**. São José dos Pinhais, 2000. Monografia (Especialização em Administração Policial) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
- LAZZARINI, Álvaro “et alli”. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense. 3.ed. 1987.
- MELO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros. 11.ed. 1999.
- MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1999. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PARANÁ. Polícia Militar. Comando Geral. Comissão de Promoção de Oficiais. **Relatório informatizado de recursos humanos**. Belo Horizonte, 19 de junho de 2000.
- SANTOS, Marcos Antônio. **A formação básica do policial-militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico**. Belo Horizonte, 2000. Dissertação de Mestrado - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos**. 6. ed. - Biblioteca Central, Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- WERNECK, Nilson Sodrê. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3.ed. 1979.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, no 191-A, Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior**, Brasília, 1998.

BRASIL, Lei nº. 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº. 88.777, de 30 setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias e corpos de bombeiros-militares (R-200). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 de outubro de 1983.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros-militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1969.

PARANÁ, **Constituição do Estado do Paraná**, Curitiba, 05 de outubro de 1989.

PARANÁ, Decreto nº. 4.509, **Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento - RCFA**, Curitiba, 21 de outubro de 1961.

PARANÁ, Lei nº. 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, nº 98. Curitiba, 05 de julho de 1954.

PARANÁ. Governo do Estado do. Lei Estadual nº. 6.774 de 08 de Janeiro de 1976. **Lei de Organização Básica da PMPR**. Curitiba, 1988.

PARANÁ. Lei nº. 5.944, de 21 de maio de 1969. Estabelece princípios, requisitos e processamento para promoções de oficiais da Polícia Militar do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba.

PARANÁ. Lei nº. 6.417, de 3 de julho de 1973. Dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná.. **Diário Oficial do Estado do Paraná n 87**, Curitiba, 9 de julho de 1973.

PARANÁ. Polícia Militar. Comando Geral. Diretoria de Ensino. **Diretriz Geral de Ensino**. Aditamento ao Boletim do Comando Geral nº. 051, Curitiba, 2005.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO PROPOSTO A OFICIAIS SOBRE A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO EM DIREITO PARA O INGRESSO COMO OFICIAL COMBATENTE NA PMPR

#### POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ DIRETORIA DE ENSINO ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Oficial-Aluno Capitão QOPM CARLOS ALBERTO Rodrigues Assunção  
( carlosalbertora@gmail.com - carlosalbertora@pm.pr.gov.br )

Senhor Oficial, solicito a especial gentileza em responder às questões infraformuladas, a fim de subsidiar a monografia que este Oficial-Aluno está compilando sobre o tema: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO EM DIREITO PARA O INGRESSO COMO OFICIAL QOPM COMBATENTE NA PMPR.

Posto/Nome (opcional): \_\_\_\_\_

#### QUESTIONÁRIO

1) Oficiais policiais militares combatentes com curso superior em qualquer área civil possuem maior capacidade para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela Corporação e estão mais propensos a observar os preceitos estabelecidos pelas normas, leis e regulamentos do que os que freqüentaram apenas o CFO:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

2) Oficiais policiais militares combatentes, com curso superior em Direito, possuem maior capacidade para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela Corporação e estão mais propensos a observar os preceitos estabelecidos pelas normas, leis e regulamentos do que os formados nas demais áreas civis:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.



Justificativa (opcional):

---



---

3) Considerando que o CFO é reconhecido como de nível superior, possui uma duração média de três anos e é realizado em regime integral, uma apropriada grade curricular, aliada a instrutores de elevado nível, são suficientes para formar um oficial PM combatente em condições de atender os anseios da comunidade, no campo da segurança pública:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

---



---

4) Caso fosse exigido o bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-Oficial PM combatente, haveria grande possibilidade do Curso de Formação de Oficiais servir apenas como “trampolim”, provocando maior evasão da Corporação:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

---



---

5) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-Oficial PM combatente funcionaria como um fator de *marketing* para a Corporação e aumentaria o *status* dos oficiais policiais-militares:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

---



---

6) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-Oficial PM combatente diminuiria a atual operacionalidade (ímpeto de atuar na linha de frente) dos oficiais policiais-militares:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

---



---

7) A exigência do bacharelado em Direito para o ingresso como Aluno-Oficial PM combatente ocasionaria uma melhoria no tratamento do público pelos oficiais PM:

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Indiferente.

Justificativa (opcional):

---



---

8) Dentre os aspectos abordados e outros que considerar convenientes, solicito sua opinião sobre:

- a. A exigência de curso superior em qualquer área como um dos requisitos para o ingresso na Corporação, na condição de Aluno-Oficial PM combatente:

---



---



---



---



---



---



---



---

- b. A exigência do curso de Direito para os Alunos-Oficiais PM:

---



---



---



---



---



---



---



---

## RESPOSTAS DA QUESTÃO Nº 8 DO QUESTIONÁRIO DISTRIBUÍDO A CAPITÃES QOPM

8. Dentre os aspectos abordados e outros que considerar convenientes, solicito sua opinião sobre: a) A exigência de curso superior em qualquer área como um dos requisitos para o ingresso na Corporação, na condição de Aluno-Oficial; b) A exigência do curso de direito para os Alunos-Oficiais:

### Colaborador: 1

a) Não concordo. Seria mais oportuno depois do aluno formado um convênio com universidades para ampliar o conhecimento do oficial.

b) Concordo desde que fosse colocado na grade do curso do CFO ou após em convênio com universidade.

### Colaborador: 2

a) Sem dúvidas, a exigência de 3º grau, para ingresso na corporação, na condição de aluno-oficial, irá contribuir sobremaneira para evolução do nível cultural de nossos oficiais.

b) Com relação ao curso de direito, este, está mais relacionado com nossas atividades, acreditamos que a obrigação de ser bacharel em Direito para ingresso no CFO, é um início de uma nova fase da Corporação buscando sempre uma evolução no conhecimento do efetivo, preocupado cada vez mais com o nível cultural de nossos oficiais. E, estamos caminhando para tornar obrigatório o 3º grau, para o ingresso na CFSd, principalmente, como forma de mostrar à comunidade o nível do policial militar, pois, temos incluído no plano de matéria do CFSd, da PMGO, a obrigatoriedade de fazer o Curso de Gestão em Segurança Pública, realizado pela UEG (Universidade Estadual de Goiás), concomitantemente com as disciplinas da Academia.

### Colaborador: 3

Um oficial com curso superior em qualquer área, sobretudo na área de Ciências Jurídicas, valoriza o oficial e a Corporação.

O oficial com curso superior externo tem mais discernimento para a lida com assuntos PM.

O curso de direito é diretamente relacionado com a nossa atividade e dá segurança ao oficial no trato dos assuntos do serviço.

Há, porém, aspectos a considerar: um oficial deve iniciar ainda nova sua carreira. Esse aspecto é, porém, conciliável com a exigência do curso superior. Alguém pode concluir, ainda novo, um curso superior. Observe –se ainda a restrição à seleção. Poucos dos que já são oficiais o seria com essa exigência (aspectos econômicos, relativos à política salarial).

Um curso superior não influencia na diminuição da motivação operacional. Ao contrário, colabora para melhorar o serviço. Também não influencia no relacionamento externo, exceto com autoridades. Um oficial antipático ou mal educado, com curso ou sem, não terá bons relacionamentos.

Colaborador: 4

Não concordo com a exigência de curso de nível superior. Acredito ser um desvirtuamento do processo de formação do oficial PM.

Colaborador: 5

a) Acredito que a exigência de curso de nível superior para o ingresso na CFO, tende a valorizar e a prestigiar a própria corporação, na sua imagem e no seu status, o que viabilizará um nível maior em termos de salário inicial.

b) Sou indiferente em relação ao curso específico em direito, a capacidade se adquire no decorrer do curso por instrutores devidamente qualificados.

Colaborador: 6

Opino pelo convênio entre a EsFO e outra faculdade de direito para que o aspirante forme-se com pelo menos o terceiro ano de direito concluído.

Colaborador: 7

a) Entendo que não seja conveniente a exigência de um determinado curso como por exemplo formação em Direito. Porém, ainda acredito que, da forma atual, está atendendo às necessidades internas da Corporação.

Ainda lembro que, para o ingresso nas FFAA, não se exige curso superior para o concurso e ingresso.

b) Não tenho bem o conhecimento, mas sei “por ouvir dizer”, que no Rio Grande do Sul, eles adotaram para o ingresso na Brigada Militar, a exigência da formação em Direito. E não deu certo, os oficiais lá formados não estão apresentando bom resultado no desempenho da função.

Colaborador: 8

a) A exigência de qualquer curso superior seria uma forma de tentar melhorar o nível, tendo em vista ser natural um grande número de pessoas serem portadoras de nível médio de qualidade discutível.

b) Discordo. Acho que deveria haver um convênio durante o curso com faculdades de Direito.

Colaborador: 9

Acho que a grande vantagem do CFO é trabalhar com pessoas com pouca idade. O jovem, obviamente existem exceções, vem ou está aberto para ser moldado. Um profissional, bacharel em Direito ou não, certamente virá com as marcas de formação da instituição pela qual foi graduado.

Simbolicamente teremos: engenheiros policiais – advogados policiais.

Hoje, ainda acredito, temos policiais advogados.

O que poderia ser reformulado, e este é um processo dinâmico, é a adequação da grade curricular da EsFO (CFO).

Colaborador: 10

Acredito que tal exigência não atenderia as necessidades da atividade PM, principalmente a desenvolvida pelo oficial.

Portanto, acredito que a melhora no quadro de instrutores é suficiente para adequar o aspirante à realidade, bem como, a atualização curricular séria e voltada para o aluno e não para o instrutor.

Quanto ao curso de direito, acredito que poderia continuar a desenvolver as atividades se não fosse formado em Direito, porém, esta qualidade facilitou em muito a minha vida profissional.

#### Colaborador: 11

Acredito ser apropriada a exigência de “curso superior” para o ingresso de oficiais não combatentes assim como já está regulamentado.

Para oficiais combatente o ideal é o ingresso na APMG, como acontece hoje.

#### Colaborador: 12

Acredito não ser conveniente, nem mesmo gostaria de tal adoção.

A experiência do RS, na Brigada Militar, não tem se mostrada favorável.

A formação de alunos-oficiais deve se manter como está, devendo, após o período da Escola de Oficiais, e, após um certo período na atividade operacional, ocorrer o incentivo, inclusive financeiro, para a realização de cursos superiores que sejam do interesse da Corporação.

#### Colaborador: 13

a) A exigência de curso superior sem dúvida elevaria o grau de competitividade para o ingresso na Corporação e traria pessoas mais maduras a ingressar no CFO.

b) Acredito que poderia ter um efeito não desejado ou seja um trampolim para outra carreira. No entanto, acredito que o aluno-oficial, ao entrar na EsFO, não venha com um curso superior.

#### Colaborador: 14

Por que só Direito? Hoje, temos que voltar mais às áreas humanas, como sociologia, filosofia, pedagogia.

A vantagem do Direito, são os conhecimentos jurídicos que traz aos oficiais.

Mas o fato do aluno-oficial ter Direito, não quer dizer que o futuro oficial seja “o cara” na rua ou com o trato c/ a comunidade.

No que tange ao aluno-oficial COA, aí sim, deve-se exigir curso superior em Administração, com promoção até coronel para atividades em OPM administrativas, como, por exemplo: DAL, APMG, PM-4, P/M-1 etc.

#### Colaborador: 15

A verdade é que o curso de direito é de fundamental importância para a carreira policial-militar.

Freqüentemente estamos envolvidos com as questões legais, quer na atividade administrativa, quer na atividade operacional.

Os oficiais da Corporação, como administradores da máquina pública, necessitam de um melhor preparo técnico-profissional, especialmente na área jurídica, por isso, a exigência do curso de direito, como um dos requisitos para o ingresso no CFO, é tida como certo e determinante para o futuro da Corporação.

Acredito que o recrutamento e seleção não seriam empecilhos, em razão de que anualmente são formados bacharéis e muitos destes poderiam optar pela carreira policial-militar.

Colaborador: 16

a) Sabemos que esta experiência já foi testada em outras PMs e que não deram certo, pois a maior parte das disciplinas cursadas na área humana não coincide ou se ajusta aos currículos militares.

Para atender tal exigência necessariamente teríamos que ajustar as grades curriculares do CFO, que poderá sofrer redução na carga horária, perdendo assim na formação técnica profissional.

Também sofreríamos o desgaste por questionamentos da base sustentável da Corporação, que tem por base a hierarquia e a disciplina, em virtude da formação acadêmica, sofrendo assim sérias resistências para trabalhar o lado militar deste aluno.

b) Algumas disciplinas de cunho jurídico do CFO têm seus objetivos calcados na área militar, o que difere em parte das disciplinas cursadas nas faculdades, bem como nos procedimentos administrativos interno da Corporação.

Colaborador: 17

Concordo que o oficial faça outros cursos para seu aperfeiçoamento, mas discordo de que exija-se o curso para ingresso, pois a base de formação dos policiais deve ser na Instituição.

Outro fato que influenciaria na exigência do curso superior para o ingresso é que estaríamos retardando o ingresso de jovens potenciais, que só estariam concorrendo para o ingresso mais tarde, inclusive prejudicando sua carreira, independente de oficial ou praça.

A exigência do curso de direito, antes da formação básica, poderá desenvolver outras tendências que não são positivas.

Colaborador: 18

A exigência do nível superior melhoraria a qualidade intelectual, entretanto não traria uma melhora, nos aspectos gerais da corporação.

Colaborador: 19

a) Considero desnecessária tal exigência para o ingresso na corporação mas creio que a realização de um curso superior deveria ser pré-requisito para promoção ao posto de capitão pois os tempos atuais exigem investimentos, inclusive pessoais, na formação.

b) É mais desnecessária ainda. Não há nada que indique que isso acarretaria melhoria no serviço policial.

Além disso, o curso de direito tem uma carga enorme de conhecimentos que não servem para nada na atividade policial (Direito romano, comercial, processual civil, internacional, civil e outros).

Acredito que o CFO deve ser mais específico e técnico para formar oficiais policiais militares e não profissionais sem identidade.

Saliente-se, por último, que os conhecimentos na área de administração devem também ser incentivados.

Colaborador: 20

Acredito que não é a exigência de qualquer curso superior que irá melhorar o *status* ou a qualificação do CFO, mas sim um currículo sério, atualizado e voltado às exigências da sociedade, aliado a um corpo docente bem preparado e especializado.

Colaborador: 21

Discordo da exigência do curso de bacharel em Direito para ingresso no CFO. Acredito ser mais conveniente a adequação da grade curricular e convênios com Universidades.

Colaborador: 22

Entendo que a exigência do curso superior em Direito não se faz necessária, entretanto, creio que a exigência de qualquer outro curso superior poderia dinamizar a formação, uma vez que cada um traria consigo um conjunto de conhecimentos que poderia ser interessante para a polícia.

Colaborador: 23

- a) Não satisfaz a exigência profissional do policial militar.
- b) Estaria enquadrado na visão jurídica da formação. O curso facilitaria a ser um bom administrador da área de segurança pública.

Colaborador: 24

- a) Elevaria o nível do CFO, bem como, melhoraria a formação profissional do oficial.
- b) Possibilitaria um melhor desenvolvimento na parte jurídica da corporação; melhor orientação nas atuações dos policiais nas ocorrências e operações; e melhor formação do oficial.

## GRADE CURRICULAR DO CFO

1º ANO		
Área de ensino	Disciplinas	Carga Horária
<b>Fundamental</b>	Psicologia I	30 h/a
	Educação Física I	120 h/a
	Filosofia e Lógica	30 h/a
	História da Polícia Militar	30 h/a
	Instrução Militar Básica	40 h/a
	Introdução à Ciência do Direito	50 h/a
	Metodologia Científica	30 h/a
	Sociologia	30 h/a
	Teoria Geral da Administração	30 h/a
	<b>Total</b>	<b>390 h/a</b>
<b>Instrumental</b>	Informática I	30 h/a
	Direito Penal I	60 h/a
	Redação De Documentos Oficiais	60 h/a
	Defesa Pessoal I	60 h/a
	Estudo do Armamento	60 h/a
	Direito Constitucional	45 h/a
	Legislação Especial	50 h/a
	Legislação Institucional I	50 h/a
	Direitos Humanos	30 h/a
	Socorros de Urgência I	30 h/a
	Ordem Unida I	40 h/a
	Telecomunicações	40 h/a
	<b>Total</b>	<b>555 h/a</b>



<b>Operacional</b>	Policiamento Ostensivo Geral I	60 h/a
	Policiamento de Guardas E Escoltas	40 h/a
	Policiamento Interativo e Comunitário	35 h/a
	Policiamento Ostensivo Hipomóvel I	40 h/a
	Técnicas de Maneabilidade Terrestre	40 h/a
	Tiro Policial I	60 h/a
	<b>Total</b>	<b>275 h/a</b>
<b>Complementar</b>	Etiqueta Social	30 h/a
	A disposição do Comandante	30 h/a
	Desporto Especializado	60 h/a
	<b>Total</b>	<b>120 h/a</b>
<b>Carga horária total</b>		<b>1340 h/a</b>

<b>2º ANO</b>		
<b>Área de Ensino</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Fundamental</b>	Psicologia II	30 h/a
	Educação Física II	120 h/a
	<b>Total</b>	<b>150 h/a</b>
<b>Instrumental</b>	Informática II	30 h/a
	Direito Penal II	60 h/a
	Direito Civil	50 h/a
	Defesa Pessoal II	50 h/a
	Direito Administrativo I	60 h/a
	Direito Penal Militar	60 h/a
	Direito Processual Penal	60 h/a
	Legislação Institucional II	50 h/a

	Estudo da Munição	30 h/a
	Comunicação Social	30 h/a
	Administração de Pessoal	40 h/a
	Ordem Unida II	30 h/a
	Administração pela Qualidade	30 h/a
	Socorros de Urgência II	30 h/a
	Prevenção de Crimes e Acidentes	30 h/a
	<b>Total</b>	<b>640 h/a</b>
<b>Operacional</b>	Policiamento Ostensivo Geral II	45 h/a
	Segurança Física de Instalações e Proteção de Pessoas	40 h/a
	Policiamento Ostensivo de Trânsito I	40 h/a
	Policiamento Ostensivo Hipomóvel II	45 h/a
	Policiamento Ostensivo Motorizado	60 h/a
	Doutrina de Emprego PM	65 h/a
	Tiro Policial II	50 h/a
	Explosivos – Procedimentos frente à ameaça	20 h/a
	<b>Total</b>	<b>365 h/a</b>
<b>Complementar</b>	Estágio Supervisionado	85 h/a
	À disposição do Comandante	30 h/a
	Desporto Especializado	60 h/a
	<b>Total</b>	<b>175 h/a</b>
<b>Carga horária total</b>		<b>1330 h/a</b>

<b>3º ANO</b>		
<b>Área de Ensino</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Fundamental</b>	Deontologia Policial-Militar	40 h/a

	Metodologia do Ensino	30 h/a
	Educação Física III	120 h/a
	<b>Total</b>	<b>190 h/a</b>
<b>Instrumental</b>	Administração Financeira	40 h/a
	Administração de Material	30 h/a
	Criminologia	40 h/a
	Defesa Pessoal III	50 h/a
	Direito Administrativo II	50 h/a
	Direito Ambiental	40 h/a
	Direito Processual Penal Militar	60 h/a
	Direito Disciplinar	30 h/a
	Estatística	30 h/a
	Gerenciamento de Crises	40 h/a
	Medicina Legal	40 h/a
	Ordem Unida III	30 h/a
	Organização e Métodos	30 h/a
	Trabalho de Comando	90 h/a
	<b>Total</b>	<b>600 h/a</b>
<b>Operacional</b>	Defesa Civil	30 h/a
	Inteligência Policial Militar	30 h/a
	Policiamento Ostensivo de Trânsito II	40 h/a
	Policiamento Ostensivo em Eventos Especiais	50 h/a
	Segurança Interna e Defesa Territorial	40 h/a
	Táticas para Confrontos Armados	40 h/a
	Tiro Policial III	50 h/a
	<b>Total</b>	<b>280 h/a</b>
<b>Complementar</b>	Estágio Supervisionado	180 h/a

À disposição do Comandante	30 h/a
Desporto Especializado	60 h/a
<b>Total</b>	<b>270 h/a</b>
<b>Carga horária total</b>	<b>1340 h/a</b>

<b>Carga horária total do curso</b>	<b>4010 h/a</b>
-------------------------------------	-----------------

## GRADE CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO DA UFPR

<b>1º ANO</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Direito Público - DB</b>	Teoria do Estado e Ciência Política	90 h/a
	Direito e Sociedade A	60 h/a
	Economia Política	60 h/a
<b>Direito Privado - DV</b>	Introdução ao Estudo do Direito	90 h/a
	Direito Romano	60 h/a
	História do Direito	60 h/a
	Metodologia do Trabalho Científico em Direito	60 h/a
<b>Direito Civil e Processual Civil - DC</b>	Teoria Geral do Direito Privado	90 h/a
<b>Carga horária total</b>		<b>570 h/a</b>

<b>2º ANO</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Direito Público - DB</b>	Direito e Sociedade B	60 h/a
	Direito Constitucional A	90 h/a
	Direito Internacional Público	60 h/a
<b>Direito Privado - DV</b>	Filosofia do Direito	60 h/a
<b>Direito Civil e Processual Civil - DC</b>	Direito Civil A	90 h/a
	Direito Processual Civil A	90 h/a
<b>Direito Penal e Processual Penal</b>	Direito Penal A	90 h/a
<b>Carga horária total</b>		<b>540 h/a</b>

<b>3º ANO</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Direito Público - DB</b>	Direito Econômico	30 h/a
	Direito Político e Direito Eleitoral	30 h/a
	Direito Financeiro	60 h/a
	Direito Constitucional B	90 h/a
<b>Direito Privado - DV</b>	Direito do Consumidor	30 h/a
	Filosofia do Direito B	90 h/a
	Direito Comercial A	90 h/a
<b>Direito Civil e Processual Civil - DC</b>	Elementos Críticos da Teoria Geral do Direito Civil	30 h/a
	Direito Civil B	90 h/a
	Direito Processual Civil B	90 h/a
<b>Direito Penal e Processual Penal</b>	Direito Penal B	60 h/a
<b>Carga horária total</b>		<b>720 h/a</b>

<b>4º ANO</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Direito Público - DB</b>	Direito Urbanístico	30 h/a
	Direito Ambiental	30 h/a
	Licitações e Contratos Administrativos	30 h/a
	Direito Administrativo	90 h/a
	Direito Societário	30 h/a
<b>Direito Privado - DV</b>	Contratos Mercantis	30 h/a
	Direito Comercial B	90 h/a
	Direito do Trabalho	90 h/a
	Responsabilidade Civil	30 h/a
<b>Direito Civil e Processual Civil - DC</b>	Direito Civil C	90 h/a
	Direito Processual Civil C	90 h/a
	Direito Penal C	90 h/a
<b>Direito Penal e Processual Penal</b>	Direito Processual Penal A	90 h/a
		90 h/a
<b>Carga horária total</b>		<b>810 h/a</b>

<b>5º ANO</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Direito Público - DB</b>	Direito da Integração Regional	30 h/a
	Direito Tributário Especial	30 h/a
	Direito Municipal	30 h/a
	Direito Tributário	90 h/a
<b>Direito Privado - DV</b>	Direito Sindical	30 h/a
	Direito Internacional Privado A	60 h/a
	Processo do Trabalho	60 h/a
<b>Direito Civil e Processual Civil - DC</b>	Direito Agrário A	30 h/a
	Direito Civil D	90 h/a
	Atos Constitucionais A	60 h/a
<b>Direito Penal e Processual Penal</b>	Direito Processual Penal B	90 h/a
	Direito e Processo Penal Especial	30 h/a
	Medicina Legal A	90 h/a
<b>Carga horária total</b>		<b>720 h/a</b>

<b>Carga horária total do curso</b>	<b>3360 h/a</b>
-------------------------------------	-----------------

**OFÍCIO ENCAMINHADO AOS COMANDANTES GERAIS DAS PPMM DOS  
ESTADOS DA FEDERAÇÃO**



**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**  
**ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**  
**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**



Ofício circular nº 01/05 – Monografia

Curitiba, PR, 22 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Comandante

1. Solicito a especial gentileza em auxiliar este Oficial-Aluno na compilação de sua monografia, através dos senhores assessores de Vossa Excelência, enviando-me eventual **estudo** que esta valorosa Corporação tiver **sobre a exigência do curso superior em Direito para freqüentar a Escola de Formação de Oficiais Policiais Militares.**

2. Informo que o título provisório da monografia é: **"Um estudo preliminar sobre a necessidade da formação em Direito para o ingresso como oficial combatente na PMPR".**

3. É de igual importância, também, **algum estudo** (ou a realidade) **sobre a estruturação de um curso de formação de oficiais, simultâneo ao de Direito (CFO/Direito); sobre o perfil profissiográfico ideal dos oficiais PM** ou alguma outra pesquisa que Vossa Excelência considere relacionada ao objeto de minhas pesquisas.

4. O presente estudo tornou-se mais relevante para a nossa Corporação quando o Governo Federal divulgou e passou a estruturar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). No aludido programa, se aventa a possibilidade dos governos estaduais estruturarem uma nova polícia ou redefinirem suas atuais (polícias civis e militares) podendo, inclusive, determinar que ambas as instituições executem o "ciclo completo de polícia".



5. A monografia é um requisito para a conclusão do CAO e deve ser escrita simultaneamente às aulas, sendo o tempo estabelecido deveras exíguo, tendo este capitão que apresentar o projeto de monografia até o dia 02 de setembro e ela finda nos primeiros dias de novembro. Por isso, tenho que pleitear a Vossa Excelência solicitar urgência nas respostas.

6. Informo que, evidentemente, enfatizarei as fontes de consulta utilizadas. Para tanto, solicito que os estudos enviados, sempre que possível, venham acompanhados ao menos do nome de seus respectivos autores e do ano da obra.

7. Solicito a Vossa Excelência que, preferencialmente, os documentos e estudos sejam repassados para o meu e-mail [carlosalbertora@pm.pr.gov.br](mailto:carlosalbertora@pm.pr.gov.br), com cópia para [carlosalbertora@gmail.com](mailto:carlosalbertora@gmail.com) e [cpi-sjd@pm.pr.gov.br](mailto:cpi-sjd@pm.pr.gov.br). Já aqueles que não puderem ser disponibilizados em versão digital, peço que o Policial Militar designado para auxiliar-me, também tenha paciência para acertar, via e-mail, como farei para repassar as eventuais custas de postagem para o endereço:

Quartel do Comando Geral da Polícia Militar  
Comando do Policiamento do Interior - A/C Tenente Freitas  
Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401 - Bairro Rebouças  
Curitiba - Paraná - CEP 80.230-110

8. Por derradeiro, peço excusas por já ter solicitado auxílio a esta gloriosa Corporação para o desenvolvimento de um outro tema para monografia: "Um estudo sobre o concurso ao cargo de soldado da PMPR", onde comecei a estudar a hipótese do curso de formação ser uma das etapas do concurso público, sendo o aluno apenas um bolsista - tal como ocorre para o ingresso dos policiais federais - apenas tomando posse se aprovado no curso de formação. Agradeço os esforços que estavam sendo envidados para atender-me, mas, infelizmente, o meu pedido para estudar o referido tema foi negado pela nossa Diretoria de Ensino.

Respeitosamente,

**CARLOS ALBERTO R. ASSUNÇÃO**, Capitão QOPM  
Oficial-Aluno do CAO/2005

Ao Exmo. Sr. Comandante-Geral da PM